



Plano de Desenvolvimento Social de Tomar

2015-2020

Setembro 2015

Declaração Universal dos Direitos Humanos

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade."

Artigo 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos

O Plano de Desenvolvimento Social deve ser entendido como um instrumento de planeamento estratégico, que impulsiona o trabalho em parceria alargada, numa lógica de cooperação e solidariedade, rentabilizando e otimizando os recursos do concelho com vista ao desenvolvimento e coesão social. Tendo presente esta dimensão, a Rede Social e o Conselho Local de Ação Social de Tomar devem assumir-se como o fórum social do concelho onde sejam encontradas as melhores soluções, para os problemas sociais diagnosticados, tendo presente os princípios que estão na génese do projeto da Rede Social.

A estratégia definida no PDS agora apresentado é abrangente, diversificada e multidimensional, apontando as tendências, dinâmicas, objetivos e intervenções a realizar em várias áreas. De aludir que são apresentadas propostas inovadoras que vão de encontro aos novos padrões do desenvolvimento social, apontando soluções para os desafios contemporâneos, assente na matriz do bem-estar e da corresponsabilização das organizações e dos cidadãos.

Saúdo e agradeço a todos os parceiros sociais do concelho de Tomar que de forma ativa e participativa, sem esquecer os colaboradores do município da Unidade de Intervenção Social de Educação, que se envolveram na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do concelho, identificando problemas e dificuldades, bem como na apresentação de propostas conducentes à resolução das mesmas. A sistematização de todos estes contributos permitiu a elaboração do atual PDS para o período de 2015-2020, que define o modelo de desenvolvimento a implementar no concelho nos próximos anos.

Anabela Freitas

Presidente da Câmara Municipal de Tomar

A aprovação do Plano de Desenvolvimento Social de Tomar 2015-2020 marca o encerramento de um ciclo e com este, inevitavelmente, a abertura de um outro.

Convosco – dirigentes e técnicos - tive o privilégio de vos acompanhar no percurso até aqui realizado. Sabemos que nem tudo foi perfeito mas tenho a certeza que com a informação e as competências que detínhamos, em cada momento, cada um deu o seu melhor e fez o que estava ao seu alcance. E no fim, todos aprendemos um pouco mais.

Face aos tempos em que vivemos, onde os problemas sociais e ambientais se agudizam ao nível mundial e nacional, precisamos de (re) descobrir em nós a força e a sabedoria para continuarmos em frente.

A Rede Social de Tomar e os demais agentes locais do concelho que nela ainda não estão integrados, já deram mostra dessa vontade inequívoca de não se renderem e transformarem as adversidades em potencialidades. O PDS 2015-2020 é já disto um exemplo.

Com este definimos o nosso ponto de chegada -**TOMAR Sustentável e Corresponsável pelo Bem-Estar de Todos**, incluindo as gerações futuras.

Impõe-se agora traçar o caminho que queremos percorrer e que nos será mostrado pelos sucessivos Planos de Ação a operacionalizar até 2020. Em determinados momentos faremos alguns ajustes, mas sejam quais forem, colocaremos sempre o bem-estar dos cidadãos e Tomar no centro da nossa intervenção estratégica.

Cientes dos desafios do presente, com olhar no futuro, trabalhemos juntos.

Hugo Cristóvão

Presidente do CLAS

**Plano de Desenvolvimento Social de Tomar
2015-2020**

**Edição e Propriedade
Rede Social de Tomar
Setembro 2015**

Plano desenvolvido com a coordenação do Núcleo Executivo

ACES – Agrupamento Centro de Saúde do Médio Tejo
Agrupamento de Escolas Templários
CAST – Centro de Assistência Social de Tomar
Centro Distrital da Segurança Social de Santarém
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo
Junta de Freguesia de Tomar
Município de Tomar

Siglas

ACMET – Associação Cigana e de Minorias Étnicas do Médio Tejo
CAF – Centro de Apoio à Família
CDSS – Centro Distrital de Segurança Social
CHMT – Centro Hospitalar do Médio Tejo
CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI – Equipa de Tratamento de Abrantes
CSF – Comissão Social de Freguesia
DS – Diagnóstico Social
ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
IPT – Instituto Politécnico de Tomar
IRS – Instituto de Reinserção Social
ISS – Instituto de Segurança Social, I.P
MT – Município de Tomar
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM – Plano Diretor Municipal
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PERA – Programa Escolar de Reforço Alimentar
PSP – Polícia de Segurança Pública
RSI – Rendimento Social de Inserção

Introdução	7
1. Diagnóstico Preliminar	10
1.1 Breve Caracterização Concelho	11
1.2 Breve Resenha Histórica	11
1.3 Caracterização Sociodemográfica	13
1.3.1 População.....	13
1.3.2. Educação e Formação	16
1.3.3. Rendimentos e Consumos	18
1.3.4. Emprego.....	19
1.3.5. Habitação	20
1.3.6. Coesão Social.....	21
1.3.7. Segurança e Criminalidade.....	23
1.4 Perceção dos Principais Problemas Sociais.....	23
1.5 Análise SWOT	29
1.6 Dos Problemas Sociais às Prioridades para a Intervenção	33
2. Referencial Estratégico.....	40
2.1 Enquadramento no Quadro Estratégico para o concelho	41
2.2 Referencial conceptual para o Planeamento.....	45
3. Visão, Eixos Estratégicos e Linhas Orientadoras de Ação.....	50
3.1 A Visão estratégica para Tomar	51
3.2 Eixos Estratégicos	51
3.3 Linhas Orientadoras para a Ação	52
4. Instrumentos e Recursos	56
4.1 Rede de Equipamentos Sociais	57
4.2 Redes e Parcerias Locais	58
5. Avaliação e Monitorização	62
6. Recomendações para o Plano de Ação	64
Bibliografia	68
Anexos.....	70
Anexo 1 – Parceiros CLAS	71
Anexo 2 – Dados Estatísticos	73
Anexo 3 - Linhas Orientadoras de Ação para os Planos de Ação da Rede Social	92

Introdução

Definição

Um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) define-se como um instrumento estruturante da ação, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança, capaz de responder às necessidades e aos problemas individuais e coletivos identificados, assentes numa tripla orientação: *i)* a promoção do desenvolvimento social; *ii)* a prevenção; *iii)* e a atuação.

7

Pressupostos

A elaboração do PDS de Tomar que agora se apresenta, teve em consideração:

A. a necessidade de garantir que este instrumento de planeamento estratégico, encerre em si, a capacidade de:

1. integrar uma dose de criatividade e de capacidade para a compreensão da natureza das mudanças que hoje vivemos;
2. responder às necessidades do território, dos seus cidadãos e aos grandes desafios que com que todos somos confrontados diariamente;
3. contribuir para o reforço das competências dos profissionais locais, dos diferentes parceiros e organizações de Tomar;
4. integrar, desde a sua conceção:
 - a. os princípios do próprio programa Rede Social, com especial relevo para a integração, inovação e participação;
 - b. as exigências e as orientações nacionais e europeias, bem como a articulação com outros planos concelhios, regionais, nacionais e europeus, com especial relevo para o Plano de Coesão Social Europeu e para o MÉDIO TEJO 2020;
 - c. a capacidade de mobilizar para a participação efetiva dos cidadãos e profissionais e para uma ação de Corresponsabilidade.

B. o reforço da Coesão Social territorial, entre outros, através da participação efetiva dos cidadãos na definição do conceito de bem-estar e definição das ações conducentes ao mesmo, reconhecendo-se assim, tal como o preconizado no Plano de Ação para a Coesão Social do Conselho da Europa, a afirmação da centralidade das pessoas e da preservação do planeta para as gerações futuras, no centro das políticas europeias, nacionais e locais.

C. a par da priorização dos problemas mais prementes enunciados no Diagnóstico Social (DS), acresceu ainda o reconhecimento da importância de se colocar o enfoque:

1. nas potencialidades e no que de melhor existe nas pessoas, nas organizações e no território;
2. na rentabilização e na (re)utilização criativa dos recursos existentes;
3. na utilização eficaz dos recursos financeiros disponíveis para o território, no âmbito do PORTUGAL 2020;

Neste âmbito, definiram-se algumas linhas estratégicas de ação para o concelho, tendo em vista o incremento do desenvolvimento social que se deseja, sustentável, harmonioso, no centro atuação

das entidades do concelho. Acresce ainda, a sua integração na visão estratégica para o município e para a região do Médio Tejo.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a elaboração do presente PDS teve em linha de conta os resultados e a reflexão em torno:

- a) do processo de monitorização e avaliação dos diversos planos de ação definidos no âmbito do PDS precedente;
- b) da participação dos cidadãos em diversos contextos.
- c) da análise estatística dos dados disponibilizados pelo INE. Acresce neste processo de conhecimento da realidade local, a recolha, tratamento e análise de dados locais, disponibilizados pelos diversos agentes locais, com especial destaque para os dados provenientes do atendimento e acompanhamento social;
- d) da realização duma análise SWOT, no âmbito do processo de auscultação dos profissionais e dirigentes que integram a Rede Social / CLAS¹;

Este processo de recolha, tratamento e análise de dados permitiu um aprofundamento do conhecimento existente sobre a realidade concelhia – potencialidades, problemas, recursos – mas permitiu igualmente colocar em evidência as suas próprias fragilidades no que concerne à atualização do diagnóstico social. Sublinhamos que este processo enferma dalgumas limitações que gostaríamos de ver ultrapassadas com a criação de condições para um maior envolvimento e participação dos cidadãos, o alargamento da base de participação dos agentes locais, uma maior partilha de informação com a consequente produção de conhecimento para a ação e decisão, quer política quer organizacional.

Mesmo reconhecendo as limitações identificadas, foi possível construir uma base de reflexão consistente que, cruzada com a análise dos vários instrumentos estratégicos nacionais e regionais, possibilitou a definição das principais estratégias e linhas orientadoras de atuação que agora se apresentam.

Note-se que do ponto de vista metodológico, este documento que constitui o PDS está longe de estar acabado, pelo que ele próprio integra em si, a capacidade de atualização permanente através da implementação da monitorização e avaliação do mesmo, periodicamente.

Estrutura do documento

Do ponto de vista da conceção do presente documento, optou-se por uma estrutura dividida em quatro partes distintas, de fácil consulta com um estilo de escrita e uma linguagem simples e acessível aos cidadãos em geral.

No capítulo I, optou-se por se sintetizar um conjunto de dados que dão nota do diagnóstico preliminar que suporta o presente PDS. Apresentam-se os resultados da análise SWOT, a

¹ Em anexo a lista das Entidades que integram a Rede Social de Tomar, à data. (Anexo 1)

identificação e priorização dos principais problemas sociais existentes, partindo da perceção que existe sobre os mesmos quer tendo presente a experiência local quer os dados estatísticos existentes.

No capítulo II, procede-se ao enquadramento do PDS na visão estratégica para o concelho e a região, identificando-se a sua articulação aos diversos instrumentos de planeamento estratégicos existentes e pertinentes para a intervenção no concelho. Do ponto de vista conceptual é de certa forma, igualmente apontada uma matriz possível de suporte ao planeamento.

9

O capítulo III é dedicado à apresentação da visão, dos eixos estratégicos promotores do desenvolvimento social para o concelho e das principais linhas orientadoras para a ação, daí decorrentes.

No capítulo IV, são identificados os instrumentos e recursos existentes, nomeadamente no que se refere à rede de equipamentos sociais e aos projetos em desenvolvimento tendo por base parcerias formalmente constituídas.

Especial atenção ao processo de avaliação e monitorização e recomendações para o plano de ação a definir pelo CLAS, é dada nos capítulos V e VI, respetivamente.

Pretende-se com este documento promover e potenciar os conhecimentos de terreno dos técnicos, agentes e organizações locais, para a identificação dos problemas e soluções, e ainda para a definição das estratégias mais adequadas, com vista à sua resolução, privilegiando intervenções continuadas, integradas e sustentáveis.

Trata-se de um documento ambicioso, que pretende delinear uma visão mais integrada do conjunto de dimensões do desenvolvimento e coesão social, como um reforço na necessidade de criar maiores dinâmicas de projetos e atividades assentes em parceria numa perspetiva preventiva e de empoderamento e autonomia das pessoas e comunidades. Urge criar e definir novos modelos de intervenção que rompam com as práticas assistencialistas e redefinir projetos com impactos sociais evidenciados e mensuráveis.

1. Diagnóstico Preliminar



1.1 Breve Caracterização Concelho



Região:	Centro
Sub-região	Médio Tejo
Antiga província	Ribatejo
Distrito	Santarém
Área	351,2 Km ²
População	40.677 (Censos 2011)
Densidade Demográfica	115,8 Hab/Km ²
Nº Freguesias	11
Orago	Santa Iria
Feriado municipal	1 março

11

O concelho de Tomar tem uma área de 351,2 Km² e situa-se no centro geográfico do país, no distrito de Santarém, integrando a sub-região do Médio Tejo. Tomar, cidade de 20 000 habitantes, é a capital política da Comunidade Urbana do Médio Tejo e sede de concelho homónimo com 11 freguesias.

Como concelhos limítrofes tem a Nordeste o de Ferreira do Zêzere, a Este o concelho de Abrantes, a Sul o de Vila Nova da Barquinha, a Oeste/Sudoeste o concelho de Torres Novas e a Noroeste o de Ourém.

Situado na margem direita do rio Zêzere (principal afluente do rio Tejo), é atravessado pelo rio Nabão que divide a cidade de Tomar. Constitui um espaço natural de grande valor patrimonial e turístico integrando também a Albufeira do Castelo de Bode.

O concelho de Tomar apresenta uma irregular distribuição da população por freguesia, constatando-se ser a freguesia de Santa Maria dos Olivais a que regista o valor mais elevado neste índice, seguida a freguesia de S. João Baptista (constituindo atualmente a União de Freguesias de Tomar).

As freguesias localizadas a Sudoeste (Asseiceira, Carregueiros, Paialvo, Madalena e Beselga) apresentam valores entre 100 a 200 hab./Km². São Pedro de Tomar, Serra e Junceira, Casais e Alviobeira, Além da Ribeira e Pedreira constituem um conjunto de freguesias cuja densidade populacional oscila entre os 60 e os 100 hab./Km². As restantes freguesias (Sabacheira e Olalhas) apresentam os valores mais baixos (20 a 60 hab./Km²).

1.2 Breve Resenha Histórica

Com mais de 30 mil anos de fixação humana neste território, Tomar foi fundada por D. Gualdim Pais em 1160.

Sede das Ordens Militares do Templo e de Cristo, teve no Infante D. Henrique um dos responsáveis pelo seu crescimento.

A fixação humana deveu-se ao excelente clima, água abundante, fácil comunicação fluvial e excelentes solos. Das sucessivas marcas civilizacionais pré-históricas restam utensílios, grutas, antas, povoados, algumas lápides, moedas, poucas esculturas, peças utilitárias, a lenda de Santa Iria, a toponímia, as rodas de rega e os açudes de estacaria.

Os romanos fundaram a cidade de Sellium, ou Seilium, cuja planta ortogonal decorre da perpendicularidade dos característicos eixos cardus e decumanus que determinavam a organização urbanística das cidades romanas. Para além das ruínas do Forum de Sellium, as escavações efetuadas (cerca de 1980) na zona da atual Alameda 1 de Março deram conta de vestígios das habitações da época.

Pelos meados do século VII, aqui houve conventos de freiras e frades, datando dessa época o episódio visigótico e lendário do martírio de Santa Iria.

Quanto aos árabes (após 712) pouco se sabe, mas imagina-se muito, como a sensitiva origem do nome Tomar: “Tamaramá”, doces águas.

Thomar nasce com o castelo (1 de Março de 1160), cuja construção, pela Ordem dos Templários, bem como a da Vila de Baixo, se prolongou por 44 anos.

No século XIV, com a permanência do Infante D. Henrique enquanto Administrador da Ordem de Cristo, a Vila beneficia de grande desenvolvimento, sendo urbanizada a zona da Várzea Pequena em arrojada organização ortogonal, correndo em paralelo à Corredoura e perpendicularmente ao rio. D. Manuel I concede Foral Novo em 1510 e, nesse século, os arquitetos e pintores Domingos Vieira Serrão, João de Castilho, Olivier de Gand, Fernando Muñoz, Diogo de Arruda, Gregório Lopes, João de Ruão e Diogo de Torralva tornaram Tomar um importante centro artístico.

No período da dominação filipina, os reis espanhóis investem em Tomar: obras do Claustro Principal do Convento e Aqueduto dos Pegões, bem como a criação da ainda existente Feira de Santa Iria.

Entre os meados do século XVII e finais do século XIX, verifica-se grande desenvolvimento industrial: Fábrica de Balas do Prado, de Vidros da Matrena, Chapéus, de Fiação e Tecidos e diversas fábricas de papel.

Mais tarde, na sequência da visita da Rainha D. Maria II, Tomar foi elevada à categoria de Cidade em 1844, a primeira do Distrito de Santarém. O Cinema surgiu seis anos após a sua invenção (17.11.1901), no Teatro Nabantino, que daria lugar, em 1923, a novo edifício: o Cineteatro Paraíso; a Imprensa nasceu em 1879 com o semanário “A Emancipação”, e em 1901, após Lisboa, Porto, Elvas e Vila Real, Tomar foi servida com energia elétrica a partir da Central instalada no complexo dos antigos Moinhos da Vila.

Manuel Mendes Godinho foi nome incontornável no crescimento económico de Tomar do século XX, já que, após 1912, veio a criar um núcleo industrial (moagem, cerâmicas, alimentos para gado,

extração de óleos e “Platex”) de tal importância que atravessou o século e possibilitou a criação de uma Casa Bancária.

Nos anos 50 (21.01.1951), foi inaugurada a que seria a maior barragem hidroelétrica do País nas cinco décadas seguintes: a Barragem do Castelo do Bode. Ainda em 1950, João dos Santos Simões renovou a Festa dos Tabuleiros dando-lhe notável projeção nacional e internacional.

O século XX espelhou a intensa ação cultural que aqui sempre se viveu: logo com a criação da União dos Amigos da Ordem de Cristo, em 1918, e, mais tarde, a Comissão de Iniciativa e Turismo, duas instituições para a proteção e divulgação do Património.

13

Em 1983, a UNESCO reconheceu o conjunto Castelo Templário-Convento de Cristo como Património Mundial e no início dos anos 90 deram-se os primeiros passos para a recuperação e consolidação do Centro Histórico. No século XXI, Tomar conta com algumas instituições culturais nascidas ainda no século XIX, casos das bandas Gualdim Pais, Nabantina e Payalvense. Já no século XXI, a reabertura do Cineteatro Paraíso, o Museu de Arte Contemporânea, reforçam a vocação sociocultural de Tomar.

1.3 Caracterização Sociodemográfica

1.3.1 População

Partindo da convicção de que um plano de desenvolvimento social assenta na projeção de uma situação social desejável e realista para determinado território, importa dar especial atenção à caracterização sociodemográfica desse mesmo território, lembrando que o futuro demográfico de uma região é resultante, em grande parte, da sua estrutura demográfica passada e presente.

No município de Tomar, em 1996, aquando da elaboração do PDM, previa-se um aumento da população do concelho, sendo apresentados dois possíveis cenários evolutivos, nos quais era excluída a hipótese de uma recessão populacional. Admitia-se, por um lado, "um equilíbrio entre as deslocamentos inter-regionais da população" e, por outro, "a ocorrência de saldos migratórios positivos, admitindo-se um crescimento anual médio de 0,5%", o que atingiria valores na ordem dos 45000 residentes para o concelho.

Segundo a equipa técnica, estes cenários foram previstos com base nas “potencialidades endógenas do concelho que conduziriam ao desenvolvimento socioeconómico da região”.

No entanto, entre 2001 e 2011, e com reflexos até ao momento, a crise económica que o país tem vindo a atravessar provocou um novo ciclo emigratório, mais desemprego e diminuição da qualidade de vida, que se manifestou numa recessão populacional, passando dos cerca de 43 mil habitantes em 2001, para cerca de 40 mil em 2011.

De acordo com os dados dos Censos 2011 (INE), apresentados no quadro 1, o concelho de Tomar regista ainda uma diferença entre os números da população residente e da população presente, no momento censitário, sendo esta última inferior em mais de 1.000 indivíduos. De notar ainda o facto

de se registar um número de alojamentos e edifícios bastante superior ao número de famílias do concelho².

Quadro 1 – População Residente e População Presente, Número de famílias, de alojamentos e de edifícios, no concelho de Tomar, em 2011

Município	População Residente			População Presente			Famílias	Alojamentos	Edifícios
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres			
Tomar	40677	19271	21406	39449	18538	20911	16353	26300	20756

Fonte: <http://www.ine.pt>

14

De acordo com as estimativas anuais da população residente, apresentadas pelo INE em 2013³, o decréscimo populacional tende a manter-se, sendo a estimativa de população residente em Tomar, para o ano de 2014, de 38.581 indivíduos. Este decréscimo é transversal à maioria dos municípios da região do Médio Tejo, com exceção para o Entroncamento. Efetivamente, Tomar apresenta resultados negativos, quer na taxa de crescimento efetivo, quer nas taxas de crescimento natural e de crescimento migratório⁴, em consonância com o que acontece também a nível regional e nacional.

Considerando o número de residentes por freguesia, o concelho de Tomar apresenta-se marcado pela densificação da malha urbana, residindo na atual freguesia urbana de Tomar (União de Freguesias de S. João Batista e Santa Maria dos Olivais), cerca de 45% da população total do concelho⁵. De salientar que quase todas as freguesias apresentam uma variação negativa no número de residentes, tendo as exceções pouca expressividade.

A pirâmide etária do concelho de Tomar (gráfico 1), elaborada com base nas estimativas da população residente 2014, por sexo e grupo etário⁶, permite ainda constatar que o concelho de Tomar enfrenta um duplo envelhecimento populacional: “envelhecimento no topo” (caracterizado por um aumento da esperança média de vida e do conseqüente aumento da percentagem de idosos) e “envelhecimento na base”, caracterizado pela diminuição da percentagem de jovens.

² Para mais detalhes acerca da composição das famílias, veja-se Anexo 2, Quadro 2.

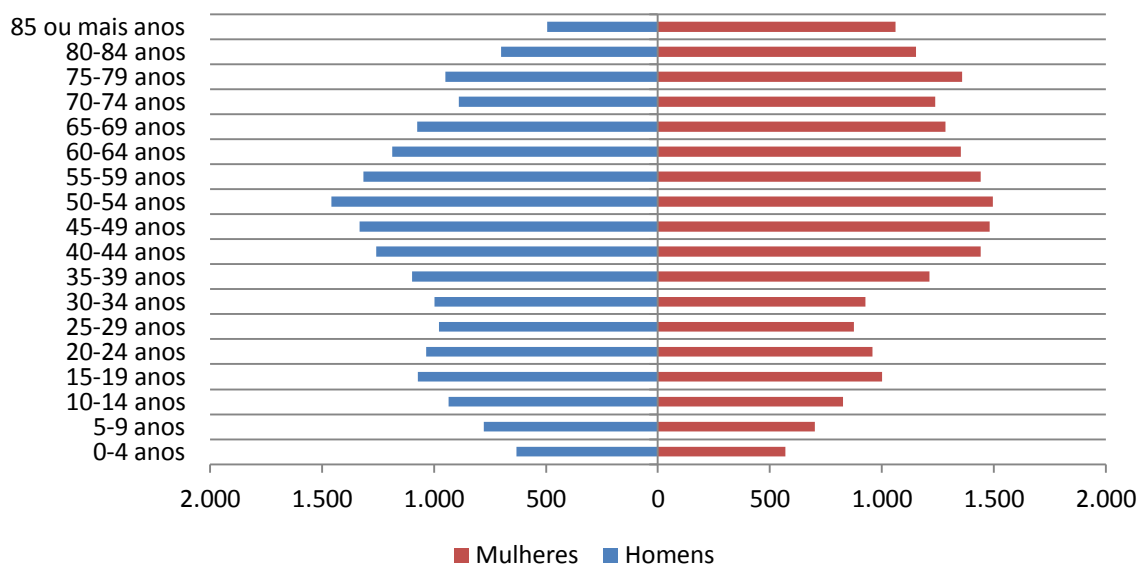
³ Anexo 2, Quadro 3.

⁴ Anexo 2, Quadro 4.

⁵ Anexo 2, Quadro 5.

⁶ Anexo 2, Quadro 6.

Gráfico 1 – Pirâmide etária do concelho de Tomar de acordo com as estimativas da população residente em 2014



Fonte de Dados: <http://pordata.pt>

Efetivamente, no município de Tomar, a taxa bruta de natalidade⁷ tem vindo a diminuir, situando-se, em 2014, nos 5,0‰⁸. Se em 2011, no município de Tomar, o número de nados-vivos foi de 245, este número decresce para 196, em 2014⁹.

Por outro lado, a taxa bruta de mortalidade¹⁰ tem vindo a estagnar, situando-se, desde o início do milénio, próxima dos 13‰¹¹.

Quanto à taxa de mortalidade infantil¹², esta foi, em 2014, no município de Tomar, de 0,0‰, conforme apresentado no Anexo 2, Quadro 10. Embora se verifique que no ano anterior esta taxa teve um valor bastante superior quer à dos outros anos, quer à taxa nacional (9,2‰), importa referir que, nos dias de hoje, nos países ocidentais, a mortalidade infantil depende mais de causas biológicas do que de causas sociais, nomeadamente fatores congénitos e riscos no parto (Nazareth, 1996).

⁷ Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10³) habitantes). (metainformação – INE)

⁸ Anexo 2, Quadro 7.

⁹ Anexo 2, Quadro 8.

¹⁰ Taxa bruta de mortalidade - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes). (metainformação – INE)

¹¹ Anexo 2, Quadro 9.

¹² Taxa de mortalidade infantil - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados-vivos). (metainformação – INE)

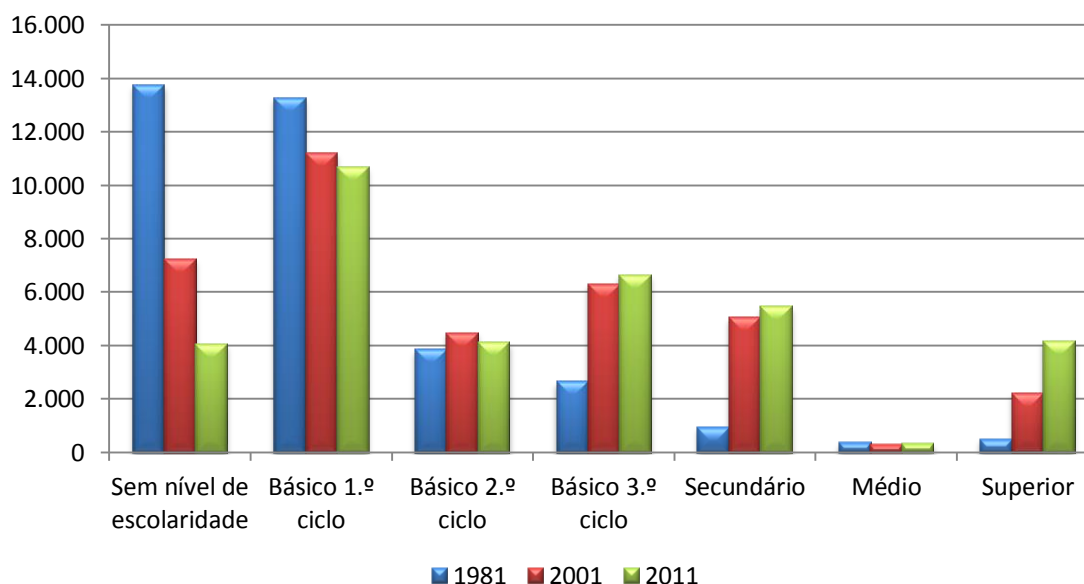
Atentando agora nos indicadores de envelhecimento¹³, obtidos a partir dos dados dos Censos 2011, é possível verificar que Tomar apresenta um índice de envelhecimento elevado e superior ao índice de envelhecimento do Médio Tejo, da região Centro e de Portugal: por cada 100 jovens (0-14 anos) existem 195,6 idosos (pessoas com 65 ou mais anos), representando os idosos 25,31% da população residente. Da mesma forma, verifica-se, no concelho, um elevado índice de dependência dos idosos, sendo que por cada 100 pessoas potencialmente ativas (15-64 anos) existem 41 idosos. Ao nível das freguesias, este número varia entre os 34,9 (antiga freguesia de Santa Maria do Olival) e os 62,4 (antiga freguesia da Pedreira)¹⁴. Por sua vez, o índice de dependência dos jovens mostra que por cada 100 potencialmente ativos, há apenas 21 jovens, corroborando os números do duplo envelhecimento, apresentados na pirâmide etária. Já o índice de longevidade mostra que por cada 100 pessoas idosas, 51,73% têm 75 ou mais anos, o que, por um lado, revela uma boa longevidade e, por outro lado, acentua os números do envelhecimento.

1.3.2. Educação e Formação

No que respeita à população residente com 10 e mais anos, de acordo com os Censos 2011, a taxa de analfabetismo era, a essa data, de 5,7%, tendo evoluído em números muito próximos dos registados a nível nacional¹⁵.

De acordo com o apresentado no gráfico 2, o nível de escolaridade da população com 15 e mais anos apresenta a maior fatia no nível básico – 1.º ciclo (10.698 indivíduos), mas é de salientar um aumento notório do número de pessoas que completaram o ensino superior, tendo este número quase duplicado desde 2001 e situando-se agora nos 4.156 indivíduos¹⁶.

Gráfico 2 - Evolução da escolaridade da população em Tomar



Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

¹³ Anexo 2, Quadro 11.

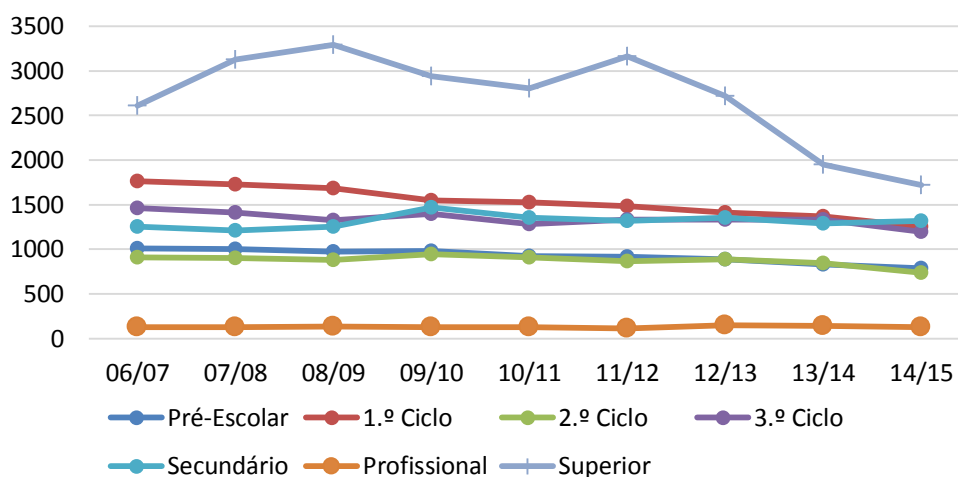
¹⁴ Anexo 2, Quadro 12.

¹⁵ Anexo 2, Quadro 13.

¹⁶ Anexo 2, Quadro 14.

Tendo em conta a dinâmica demográfica apresentada, verifica-se que, nos últimos anos, a procura de educação e formação no concelho de Tomar tem evoluído de forma negativa (gráfico 3).

Gráfico 3 - Evolução do número de crianças e alunos matriculados por níveis de ensino entre os anos letivos 2006/2007 e 2014/2015



Fonte: Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Tomar

Durante o período em análise, praticamente todos os níveis de ensino sofreram oscilações, registando-se um decréscimo progressivo ao longo dos anos.

Quanto ao número de alunos matriculados no concelho de Tomar¹⁷, no ano letivo 2014/2015, verifica-se que no ensino básico e secundário estão matriculados 4.598 alunos. A acrescentar a este número estão os 1636 alunos matriculados no ensino superior e as 785 crianças que frequentam o ensino pré-escolar.

Relativamente a este último, a oferta existente é não só da rede pública, como também privada e solidária. Com efeito, e conforme descrito na monitorização da carta educativa do concelho, “a taxa média global de ocupação do pré-escolar na rede pública é de aproximadamente 59%, no ano letivo 2014/2015. Existem alguns estabelecimentos da rede pública com uma taxa de ocupação bastante reduzida, principalmente nas localidades em que existe mais do que um estabelecimento por freguesia. Os Centros Escolares, entretanto construídos, apresentam uma ocupação mais composta, tendo também em conta as condições que existem e que cumprem eficazmente todas as necessidades de alunos e famílias. Na cidade foram criados três novos estabelecimentos, de cariz privado ou solidário, com um total de 4 salas, situação que veio também contribuir para a diminuição das taxas de ocupação no geral. No que respeita às redes privada e solidária, regista-se uma taxa de ocupação superior [à da rede pública] em ambas, a rondar os 75% na rede privada e os 94% na rede solidária.” (Unidade de Intervenção Social e Educação [UISE], 2015, p. 13).

¹⁷ A distribuição dos alunos matriculados por escola e nível de ensino é apresentada no Anexo 2, Quadro 15.

Também o 1.º ciclo de ensino conta com respostas privadas, sendo aqui a taxa de ocupação menor do que a da rede pública, ou seja, 46% e 68%, respetivamente.

No que respeita a educação especial, verifica-se que, “para além do sistema de apoio educativo desenvolvido localmente, pelos Agrupamentos de Escolas, aos alunos com necessidades educativas especiais integrados na rede regular, existem em Tomar, duas unidades de educação especial – Unidades de Ensino Estruturado (U.E.E.) para a educação de alunos com perturbações do espectro de autismo, localizadas na EBI D. Nuno Álvares Pereira (uma para alunos do 1.º ciclo do ensino básico e outra para alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico).

18

Também o CIRE – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar continua a desenvolver a sua ação no concelho, com quatro respostas que visam dotar os alunos de competências para se integrarem na vida adulta, de acordo com as especificidades das suas deficiências – A Socioeducativa, o Centro de Atividades Ocupacionais, o Centro de Reabilitação Profissional e um Lar Residencial.” (UISE, 2015, p. 30).

Na sequência da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens em idade escolar (entre os 6 e os 18 anos), o ensino secundário registou um aumento em 2008/2009 e 2009/2010.

Relativamente a este nível de ensino e de acordo com a monitorização da carta educativa do concelho¹⁸, para além da oferta educativa do ensino regular há ainda a referir a existência de cursos profissionais no concelho de Tomar, em diferentes estabelecimentos, a saber: nas escolas secundárias, na Escola Profissional de Tomar e no Centro de Formação Profissional de Tomar, conforme apresentado no Anexo 2, quadros 16 e 17.

No que concerne ao ensino superior, este concentra-se no Instituto Politécnico de Tomar (IPT), que integra a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, a Escola Superior de Gestão de Tomar e ainda a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (criada no ano letivo 2006/2007). Embora a oferta se tenha mantido nos últimos anos, o número de alunos tem vindo a diminuir gradualmente. São ministrados não só Licenciaturas e Mestrados, como também Cursos de Especialização Tecnológica. Para o ano letivo 2015/2016 está ainda prevista a abertura de Cursos Técnicos Superiores Profissionais¹⁹.

1.3.3. Rendimentos e Consumos

O Indicador *per Capita* (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100). A leitura dos resultados do IpC, apresentados no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, do INE, para 2011²⁰, associa ao concelho de Tomar um poder de

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ Listagem de todos os cursos previstos para o ano letivo 2015/2016 nas escolas do IPT em Tomar, no Anexo 1, Quadro 18.

²⁰ Anexo 2, Quadro 19.

compra inferior quer ao nacional, quer ao observado na região Centro (NUTS II): o valor atingia 85,14 para Tomar e era de 87,49 para a região Centro. Ainda assim, Tomar ocupa a 5.ª posição no grupo dos 13 municípios que compõem o Médio Tejo.

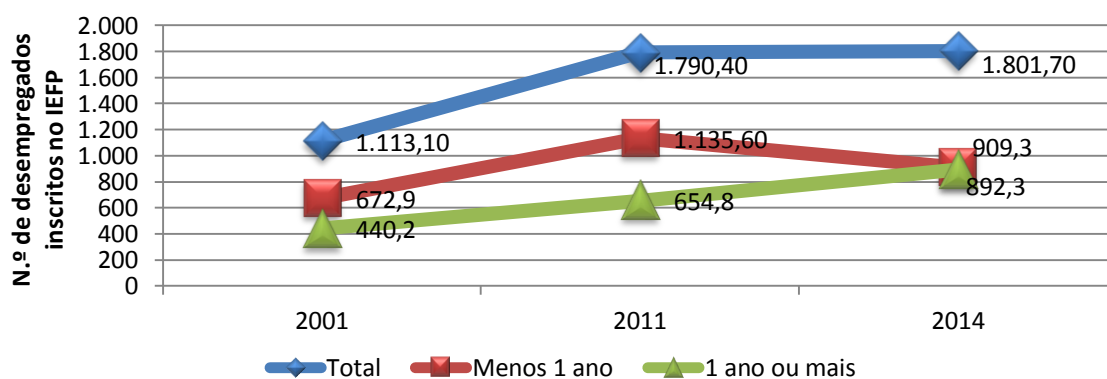
Com efeito, em 2011, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem no concelho de Tomar era superior ao salário mínimo nacional em cerca de 270,00€, situando-se nos 758,70€ e embora tenha subido ligeiramente em 2013, não chega a atingir os 800,00€²¹. A diferença salarial entre homens e mulheres é outra característica a ter em conta, dado que, em 2013, as mulheres auferiam cerca de 83,9% da remuneração média mensal de base dos homens (706,00€ e 841,70€, respetivamente)²².

1.3.4. Emprego

De acordo com os dados dos Censos 2011, relativos à população residente em Tomar, verifica-se que, a essa data, por cada 100 habitantes, 41,36% eram ativos e que por cada 100 ativos 13,24% se encontravam desempregados²³. A taxa de desemprego é ligeiramente maior no sexo masculino. No que respeita à dicotomia freguesias rurais/freguesias urbanas, verifica-se aqui que as antigas freguesias urbanas (atual União de Freguesias de S. João Batista e Santa Maria dos Olivais) se encontram situadas exatamente a meio da tabela, com uma taxa de desemprego na ordem dos 12,5%. As freguesias que registam uma taxa de desemprego mais elevada são, na generalidade, situadas na fronteira com os concelhos de Ferreira do Zêzere e Abrantes.²⁴

A leitura do gráfico 4 permite constatar que nos últimos anos a média anual do número de desempregados se manteve quase inalterada. No entanto, são de assinalar duas tendências contrárias quanto à duração do desemprego, já que o de curta duração tendeu a diminuir, enquanto o desemprego de longa duração (12 meses ou mais) subiu consideravelmente (representava 36,6% dos desempregados em 2011 e em 2014 passou a representar quase 50%)²⁵.

Gráfico 4 – Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (média anual): total e por tempo de inscrição



Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

²¹ De acordo com dados do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, disponibilizados em www.pordata.pt e consultáveis no anexo 2, Quadro 20.

²² Anexo 2, Quadro 21.

²³ Anexo 2, Quadro 22.

²⁴ Anexo 2, Quadro 23.

²⁵ Anexo 2, Quadro 24.

Dados relativos a 2013 mostram que a maioria dos trabalhadores por conta de outrem tem contrato de trabalho permanente (4.500 indivíduos), embora haja mais de 1.000 indivíduos com contrato a termo²⁶. Dos 5.633 indivíduos com contrato de trabalho, 470 trabalham a tempo parcial e os restantes (5.163) a tempo completo (disponível em www.pordata.pt, consultado em 19 de agosto de 2015).

1.3.5. Habitação

A partir dos resultados dos Censos 2011 é possível verificar que existe, em Tomar, um grande número de alojamentos familiares de uso sazonal ou habitação secundária ou que se encontram vagos (gráfico 5). Trata-se de um fenómeno presente em todas as freguesias²⁷, e com certeza influenciado quer pelo decréscimo populacional, quer pela taxa de desemprego registada no concelho. Pode ainda ser destacada a antiga freguesia urbana de S. João Batista, com 17,8% dos alojamentos vagos, e a cujos números não pode deixar de se associar o fenómeno da desertificação dos centros históricos, já que era a esta antiga freguesia que pertencia o Centro Histórico de Tomar.

20

Gráfico 5 – Alojamentos familiares em Tomar 2011, por forma de ocupação e tipo, 2011



Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

No total de alojamentos familiares de residência habitual, registam-se no concelho de Tomar, 143 sem água canalizada, 122 sem sistema de drenagem de águas residuais e 379 sem instalação de banho ou duche²⁸.

²⁶ Anexo 2, Quadro 25.

²⁷ Anexo 2, Quadro 26.

²⁸ Anexo 2, Quadro 27.

Quanto a habitação social²⁹, existem em Tomar 149 fogos, dos quais 129 se encontram ocupados em regime de arrendamento, havendo, dos restantes, 4 disponíveis. Existem 147 fogos de tipologia T2 ou T3 e 2 fogos de tipologia T0 ou T1.

Ainda dentro desta temática, importa referir que existe no concelho de Tomar o maior aglomerado de barracas que servem de habitação a uma comunidade de ciganos há mais de 30 anos.

De acordo com os dados de Dezembro de 2014, da Câmara Municipal de Tomar, podemos dizer que esta comunidade se encontra distribuída por 50 barracas e anexos, num total de 200 pessoas, dos quais cerca de 49% têm menos de 20 anos, o que evidencia o carácter jovem desta população, ainda que existam também algumas pessoas com mais de 65 anos. Neste momento, estima-se que a população total da comunidade ronde já os 230 indivíduos, fruto de novos nascimentos e da chegada de ciganos ao bairro, por via familiar ou de casamento.

21

1.3.6. Coesão Social

Partindo da noção de Coesão Social “como princípio incontornável para a construção de uma sociedade que evite (e/ou combata) a polarização social e espacial, que progrida garantindo a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento sustentado e equilibrado” (Madeira, 1996, p. 6), importa olhar para os apoios sociais recebidos pela população do concelho.

Assim, de acordo com as estatísticas da Segurança Social³⁰, o número de beneficiários ativos da segurança social, no município de Tomar, em 2014, era de 12.493 indivíduos, representando 36,5% no total da população residente com 15 e mais anos.

As mesmas estatísticas mostram que, no que respeita ao abono de família, o número de beneficiários (requerentes) e de descendentes ou equiparados (titulares), à luz do que acontece no país e na região, tem vindo a diminuir, situando-se, em 2014, nos 2.840 beneficiários e nos 4.361 titulares³¹.

Analisando os números relativos ao subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego³², verifica-se que, entre 2011 e 2014 o número de beneficiários também desceu ligeiramente. Trata-se de uma situação preocupante se for lembrado que, neste mesmo período, o desemprego de longa duração aumentou, o que pode significar que muitos desempregados perderam o direito ao subsídio, podendo ter visto agravada a sua situação económica. Com efeito, no mesmo período, também o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção diminuiu, passando de 1.104 beneficiários em 2011, para 907 em 2014³³, sendo que cerca de 45% (410) têm menos de 25 anos de idade³⁴.

²⁹ Anexo 2, Quadros 28 e 29.

³⁰ Disponíveis em <http://www.pordata.pt>.

³¹ Anexo 2, Quadro 30.

³² Anexo 2, Quadros 31 e 32.

³³ Anexo 2, Quadro 33.

³⁴ Anexo 2, Quadro 34.

No que respeita a Cantina Social, em 2013, o número de refeições diárias protocoladas foi de 220, subindo esse número, em 2014, para as 370³⁵.

Quanto a outros subsídios ou pensões, o número de beneficiários do concelho de Tomar nos anos de 2013 ou 2014 (de acordo com os dados estatísticos mais recentes) foi o apresentado no quadro seguinte³⁶:

Quadro 4 – Pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e Subsídios da Segurança Social

		Município de Tomar	
		Ano	N.º indivíduos
Pensões da Segurança Social	Velhice	2013	9.322
	Invalidez	2013	1.500
	Sobrevivência	2013	3.588
Pensões da Caixa Geral de Aposentações		2013	2.833
Subsídio por doença da Segurança Social		2014	1.371
Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social		2014	54
Bonificação por deficiência da Segurança Social		2014	174

Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

Além dos já apoios já referidos, são ainda disponibilizados à população alguns apoios sociais locais, nomeadamente pela Cáritas, Cruz Vermelha e Centro de Apoio à Família.

Segundo dados disponibilizados pela Cáritas de Tomar, esta abriu entre junho de 2013 e julho de 2015, 354 processos, resultando num apoio mensal a aproximadamente 200 famílias (550 pessoas) com a entrega de bens alimentares. Além deste apoio, é prestado, pontualmente, por esta entidade, apoio em roupa, mobiliário, material escolar e bens de higiene pessoal e para a casa.

Por sua vez, a Cruz Vermelha Portuguesa registou, em 2014, 31 processos ativos, subindo esse número, no primeiro semestre de 2015, para 50. Cada um destes processos corresponde a uma família que se encontra a receber apoio a nível da alimentação, sendo que algumas delas (17 em 2014 e 12 em 2015) recebem também apoio em vestuário.

³⁵ Anexo 2, Quadro 35.

³⁶ O mesmo quadro é apresentado no Anexo 2, com o número 36.

Já o Centro de Apoio à Família registou, desde 2012 (e até julho de 2015), 956 processos, sendo a maioria das famílias acompanhadas (540) residentes na freguesia urbana (União de Freguesias de S. João Batista e Santa Maria dos Olivais)³⁷.

Não obstante o facto de poder ainda haver algumas famílias apoiadas por mais do que uma destas entidades, é verificável que haverá cerca de 1000 famílias apoiadas regularmente pelas diferentes respostas sociais.

23

1.3.7. Segurança e Criminalidade

De acordo com dados da PSP e da GNR de Tomar, ocorreram, no concelho de Tomar, entre 2012 e 2014 uma média de 439 acidentes rodoviários/ano e de 16 atropelamentos/ano. No primeiro semestre de 2015, registaram-se 232 acidentes rodoviários e 14 atropelamentos³⁸.

No que respeita a ocorrências no âmbito da escola segura, a média dos três últimos anos foi de 32 ocorrências, tendo sido registadas 24, no primeiro semestre de 2015³⁹. De salientar que, na área de intervenção da GNR, não se registaram ocorrências neste âmbito, durante o período em análise. Quanto ao número de idosos sinalizados como estando em situação de isolamento ou abandono, este era de 145 em 2012, registando-se 129 situações no primeiro semestre de 2015⁴⁰.

Relativamente à criminalidade no concelho, o número subiu entre 2012 e 2014, das 2054 para as 2420 ocorrências. No primeiro semestre de 2015 foram registados 1070 crimes⁴¹. Para o aumento de ocorrências, muito contribuíram as denúncias de violência doméstica que subiram de 185 em 2012, para 456 em 2014.

1.4 Perceção dos Principais Problemas Sociais

Os dados estatísticos existentes permitiram um conhecimento da realidade social do concelho. No entanto, considerou-se importante auscultar também os vários parceiros no sentido de identificar problemas e dificuldades tendo presente os seus âmbitos de ação, registando-se, assim, a perceção dos parceiros sobre os problemas sociais do concelho.

Neste processo desenvolveram-se algumas reuniões setoriais, nomeadamente dos parceiros das freguesias e núcleo executivo da Rede Social, agrupamentos escolares e equipa da ação social do serviço social do município.

Todos os problemas identificados foram agrupados por áreas que se passam a sistematizar:

³⁷ Anexo 2, Quadro 37.

³⁸ Anexo 2, Quadro 38.

³⁹ Anexo 2, Quadro 39.

⁴⁰ Anexo 2, Quadro 40.

⁴¹ Anexo 2, Quadro 41.

- Redes viárias deficitárias (pontos negros em estradas e caminhos municipais que necessitam de urgente reparação)
- Rede de transportes ineficaz (algumas localidades com inexistência de oferta de transportes públicos)
- Idosos em situação de isolamento e abandono, sem respostas sociais compatíveis com as suas necessidades
- Minorias étnicas com dificuldade de integração (comunidade cigana)
- Criminalidade/comportamentos delinquentes/ marginalidade
- Habitações degradadas
- Comunidade cigana a residir em barracas, necessidades de habitação/realojamento da mesma
- Jovens com comportamentos de risco/desviantes
- Saturação /inexistência de lugares em alguns cemitérios
- Fraca exploração para fins de turismo, lazer e desporto das potencialidades das barragens e florestas

Comunidade



- Destruturção familiar / falta de competências pessoais e de organização familiar
- Dificuldade das famílias em garantir as suas funções básicas (proteção, conforto, confiança, segurança,...)
- Idosos em situação de abandono/isolamento e com necessidades diferenciadas, sem a respetiva adequação dos serviços disponíveis
- Famílias com baixos rendimentos em situação de pobreza
- Sobre-endividamento das famílias/insolvência familiar
- Crianças em situação de negligência / risco / perigo
- Violência Doméstica
- Insuficientes respostas de apoio familiar e aconselhamento parental
- A redução de algumas prestações familiares, nomeadamente o RSI/subsídio de desemprego conduziu a situações muito fragilizadas, em que as famílias têm dificuldades em liquidar as despesas regulares, nomeadamente da renda, eletricidade, água, medicação e tratamentos. Várias pessoas recorrem ao CAF para tentar suprimir estas dificuldades.
- Pobreza “escondida” e algumas famílias dependentes dos apoios sociais.

Famílias



- Desemprego no geral e desemprego de longa duração em específico
- Baixas qualificações e baixas qualificações específicas em determinadas áreas
- Dificuldades na integração da comunidade cigana em atividades profissionais
- Fraca sensibilização/envolvimento do tecido empresarial na resolução dos problemas sociais
- Dificuldades em conhecer as oportunidades de emprego
- Ofertas de emprego pouco qualificado
- Elevadas qualificações de alguns desempregados face às ofertas de emprego disponíveis
- Serviços públicos a funcionarem com recurso significativo aos programas de trabalho social
- Dificuldade de acesso/ integração dos jovens na vida ativa

Emprego e Formação



- Necessidade de tornar o território atrativo para a implementação de empresas
- Trabalho precário, baixos salários, contratos a termo certo, salários em atraso
- Desadequação entre a oferta e a procura de emprego
- Tecido empresarial enfraquecido/pouca diversidade na oferta
- Extinção de várias empresas e conseqüente diminuição dos postos de trabalho
- Existência economia informal/paralela
- Fracas condições e incentivos ao empreendedorismo
- Mobilidade – transportes públicos inexistentes ou com horários inadequados, têm conduzido à recusa de ofertas de emprego e formação

Desenvolvimento Económico



- Falta de acompanhamento direto e personalizado aos alunos e suas famílias numa componente social
- Dificuldades de integração de crianças com necessidades educativas especiais (necessidade de apoios terapêuticos – Psicologia, serviço social, terapia da fala ...)
- Desadequação do sistema educativo na integração de alunos com problemas comportamentais/disciplinares/emocionais e de saúde mental
- Algum absentismo e abandono escolar precoce
- Algum insucesso escolar
- Afastamento de alguns pais dos projetos educativos dos filhos
- Desvalorização da escola por parte de algumas famílias
- Negligência e maus tratos a crianças e jovens
- Fraca participação cívica dos cidadãos, elevadas taxas de abstenção em atos eleitorais

Educação e Cidadania



- Serviços de saúde falta de médicos e cuidados de saúde
- Consumos de drogas e outras substâncias psicoativas e insuficientes respostas para acompanhamento e tratamento de pessoas toxicodependentes e suas famílias
- Inexistência de cuidados de saúde/tratamentos para uma faixa da população significativa
- Pessoas portadoras de deficiência física ou mental com dificuldades de inserção/integração social
- Necessidade de criar respostas sociais para apoiar as pessoas com problemas de saúde mental
- Elevada taxa de mortalidade infantil registada nos anos de 2012 e 2013
- Elevado do índice de dependência de idosos
- População idosa em situação de dependência associada a problemas de saúde sem apoio social e económico
- Insuficientes respostas sociais e de saúde para idosos

Saúde e Qualidade de Vida



- Redução da população / densidade populacional (a reduzir)
- Redução da taxa bruta de natalidade (196 nascimentos /2014)
- Proporção da população residente com 65 ou mais anos (2011 – 25.31%)
- Taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade
- Existência de barreiras arquitetónicas no espaço público e equipamentos
- Deficiente / inadequada rede de transportes públicos/coletivos face às necessidades da população
- Necessidade de preservar os recursos hídricos e florestais
- Desertificação das freguesias rurais, maioria das freguesias com variação negativa
- Taxa bruta de mortalidade superior média regional e nacional
- Índice de envelhecimento muito superior aos valores regionais e nacionais

Território e Ambiente



- Desconhecimento dos diversos serviços e respostas sociais existentes no concelho
- Insuficientes respostas sociais, principalmente de ERPI e centros de noite
- Necessidade de aumentar a capacidade noutras respostas já existentes
- Necessidade de qualificar o tecido associativo do concelho
- Dificuldades económicas e de sustentabilidade das associações, dificuldades de recorrerem a fontes de financiamento externas
- Poucas associações de âmbito juvenil
- Dificuldades em renovar os corpos sociais das associações
- Proliferação dos lares privados e casas de acolhimento a idosos, sem licenciamento, privilegiando a parte monetária em detrimento do bem-estar, cuidados e reais necessidades das pessoas idosas
- Falta de recursos humanos que assegurem o bom funcionamento dos serviços públicos

Redes de Serviços e Equipamentos



- Inexistência de CSF em todo o território do concelho
- Sobreposição de intervenções no apoio às famílias / multiplicação de apoios às mesmas famílias
- Dificuldades na partilha de informação/dados
- Algumas entidades públicas, devido a constrangimentos financeiros, não têm assegurado os apoios previstos nas suas competências.
- Dificuldades em estabelecer planos de intervenção social, assentes numa lógica de complementaridade
- Desarticulação entre alguns programas de apoio social, por exemplo PERA e Cantina Social de RSI
- Dificuldade na obtenção de dados estatísticos por parte das entidades
- Inexistência de estudos sectoriais tendo presente a dimensão do desenvolvimento social
- Necessidade de melhorar os circuitos de comunicação e articulação entre as entidades do concelho
- Comunicação deficiente entre agentes sociais locais
- Ausência de informação partilhada
- Dificuldades no acesso a informação para o diagnóstico social
- Fraca participação das organizações e cidadãos na definição da ação e sua implementação integrada e corresponsável

Parcerias e Comunicação



1.5 Análise SWOT

A análise SWOT – Strengths (forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) - é uma ferramenta de gestão e planeamento estratégico muito utilizada que consiste na recolha de dados importantes que caracterizam o **ambiente interno** (forças e fraquezas) e **externo** (oportunidades e ameaças), em função da envolvente, seja na análise de um grupo, um projeto, uma organização, um concelho, uma região ou mesmo país.

29

Apresentam-se de seguida os principais resultados deste processo de análise, realizado com os parceiros da Rede Social.

• PONTOS FORTES

- Crescente criação de equipamentos e serviços em várias áreas, que têm vindo a diminuir algumas carências e disparidades territoriais (novos lares e associações)
- Serviços públicos de dimensão com sede no concelho, como por exemplo: Centro de Formação, Inspeção Geral das Condições do Trabalho, Direção Geral da Reinserção Social e das Prisões, CIMT, IPT- Instituto Politécnico de Tomar, Procuradoria da Instância Local de Tomar (Área de competência territorial: Municípios de Ferreira do Zêzere e Tomar) / Procuradoria da Instância Central de Família e Menores de Tomar (Área de competência territorial: Municípios de Abrantes, Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha) / Procuradoria da Instância Central do Trabalho de Tomar (Área de competência territorial: Municípios de Abrantes, Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha), ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
- Forte investimento na criação de respostas sociais, educativas e desportivas contribuindo para uma melhor oferta de serviços nestas áreas/qualificação das repostas sociais
- Agrupamentos escolares com respostas inovadoras e com um aumento das respostas formativas na área profissionalizante
- Existência de uma Escola Profissional e de um Centro e de Emprego e Formação Profissional e de duas escolas de ensino artístico que completa e multiplica as ofertas formativas profissionais
- Elevadas taxas de escolarização em todos os níveis de educação e ensino com particular relevância no pré-escolar e secundário
- Consolidação na implementação da Rede Social e uma cultura de trabalho em rede entre os parceiros sociais
- Desenvolvimento de atividades em parceria entre as várias organizações sociais, permitindo uma melhor rentabilização de recursos (CAF)
- Grande oferta de formação e valorização das competências técnicas e sociais das pessoas
- Forte dinâmica das associações do concelho

- Mobilização da sociedade civil, desenvolvimento de projeto/atividades de âmbito social dirigido a públicos específicos (Escolhas/Universidade Sénior)
- Existência do Banco Local de Voluntariado e da Loja Ponto Já
- Potencialidades turísticas e culturais da cidade/concelho. Convento de Cristo, património cultural da humanidade
- Intervenção da Câmara Municipal no que se refere a práticas de participação e envolvimento dos parceiros, conselho municipal de juventude, conselho municipal de educação, conselho municipal de segurança, orçamento participativo
- Parque de habitação social significativo, embora seja insuficiente para as necessidades identificadas (2 bairros sociais)
- Existência de *sites* locais de informação e comunicação do município e de outros parceiros, com informação relevante na área social, do voluntariado, da juventude, da educação ...
- Reforço do CAF – Centro de Apoio à Família

• PONTOS FRACOS

- Encerramento de alguns serviços públicos, que reduziram a oferta de serviços de proximidade às populações (valências do Tribunal, Escolas, Valências no Hospital)
- Instrumentos de planeamento e gestão inexistentes ou desatualizados (Diagnóstico social, Plano de Desenvolvimento Social, Carta de Equipamentos Sociais, Estratégias para a integração da comunidade cigana, Carta Educativa e Projeto Educativo Municipal, entre outros)
- Ausência de uma visão estratégica para o concelho e desarticulação dos investimentos concelhios (Ex. comunidade cigana)
- Poucas associações a desenvolverem atividades para os jovens, necessidade de uma maior promoção do associativismo juvenil
- Término da intervenção realizada no âmbito do CLDS + - Contrato Local de Desenvolvimento Social
- Necessidade de reabilitação e requalificação de algumas habitações no centro histórico e nos bairros sociais
- Significativo número de famílias da comunidade cigana, que necessitam de habitação e integração social
- Fracos níveis de colaboração entre as organizações do concelho (principalmente sociais) e o IPT enquanto entidade que poderá ter uma vertente destinada à investigação. Ausência de núcleos locais de investigação
- Fraco incentivo ao desenvolvimento empresarial
- Algum comércio local não se encontra requalificado e adaptado às novas exigências e padrões de consumo
- Forte dependência face ao Estado por parte de alguns indivíduos e organizações sociais
- O processo de dinamização da rede social avançou tarde e durante algum período de tempo esteve estagnado

- Défice de participação e envolvimento dos cidadãos, principalmente nas dinâmicas associativas. Necessidade de renovar os órgãos sociais
- A situação de crise impulsionou uma intervenção na pobreza na ótica da emergência social, retirando recursos económicos às famílias e canalizando um número significativo para as cantinas sociais e PERA, instrumentos que não estimulam o empoderamento de competências facilitadoras do processo de integração
- Dificuldade em reforçar os recursos humanos nas organizações públicas (MT, ISSS, PSP, GNR, CHMT, Escolas ...) apesar da procura crescente dos seus serviços e da importância da sua missão
- Escasso investimento e no apoio às famílias, tanto ao nível da proteção social como ao nível dos cuidados de saúde
- Insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública, que se manifesta nas dificuldades na articulação local das políticas setoriais nacionais e europeias.
- Crescente número de pessoas com problemas de saúde mental sem contudo ter havido capacidade de criar respostas compatíveis com as necessidades destes doentes
- Cobertura das respostas sociais, embora tenha havido um aumento continuam insuficientes para as necessidades diagnosticadas, nomeadamente no que se refere à resposta de lar de idosos, lar residencial (deficiência), acolhimento de emergência (Sem abrigo, vítimas de violência doméstica), respostas para jovens adolescentes e para doente de saúde mental
- Parcos rendimentos de algumas famílias que lhes impossibilita o acesso à compra ou arrendamento da habitação que conduz a um aumento das necessidades de habitação social. Algumas famílias encontram sem qualquer tipo de rendimento e/ou apoio social por períodos de tempo significativos
- Organizações do concelho recorrem pouco a fontes de financiamento externo, nomeadamente programas comunitários
- Bairros de lata onde residem as famílias ciganas, nomeadamente numa das entradas da cidade
- Redução da população em geral e da população ativa, significativamente.
- Dificuldade de implementar trajetos escolares integrados e projetos educativos partilhados

• OPORTUNIDADES

- Criação e constituição das Comissões Sociais de Freguesia
- Promover e estimular a responsabilidade social das empresas
- Desenvolvimento do banco local do voluntariado e outros projetos relacionados com a cidadania
- Desenvolvimento turístico e cultural no concelho, tendo presente os recursos naturais e o património cultural e histórico
- Otimizar a gestão do parque de habitação social do município, criar mecanismos de maior rotatividade nos beneficiários de habitação social

- Localização geográfica, privilegiada, com condições favoráveis (sol, rios, barragens, florestas, proximidade a Fátima) que permitem uma diversidade de uma grande variedade de atividades económicas, socioculturais e desportivas, podendo ser um território atrativo para o investimento com consequente criação de postos de trabalho
- Integração na Rota dos Mosteiros, na Rede de Judiarias de Portugal e na criação da Rede Europeia das Cidades Templárias
- Boas acessibilidades tanto ao nível rodoviário como ferroviário
- A imagem de Tomar, associada à cultura e a alguma qualidade de vida, representação externa positiva relativamente ao concelho (dimensão de vários eventos dignificam e afirmam o território do concelho)
- Existência de vários instrumentos de gestão e ordenamento do território (planeamento estratégico) em processo de revisão, que permitirá introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões (Revisão da Carta Educativa, Revisão do PDM, Revisão do PDS, Atualização do Diagnóstico Social ...)
- Possibilidade de alterar práticas e modelos de intervenção, nomeadamente no que se refere a mudança nos hábitos e estilos de vida e na partilha de informação
- Existência de fontes de financiamento externo a que é possível recorrer
- Rede de Instituições Sociais e intervenção comunitária que asseguram serviços diversificados e de qualidade à comunidade
- Existência de uma Associação Cigana e de Minorias Étnicas do Médio Tejo, sediada em Tomar
- Implementação no território da RLIS – Rede Local de Intervenção Social
- Maior dinamização de projetos de integração de beneficiários do RSI com recurso às ASU – Atividades Socialmente Úteis

• AMEAÇAS

- Existência de um grupo significativo da população com necessidades económicas evidentes. No âmbito do CAF – Centro de Apoio à família, em três anos houve mais de 1000 famílias a pedirem apoio social
- Comunidade cigana necessita de uma integração social e profissional
- Aumento dos consumos de dependências/substâncias psicoativas lícitas e ilícitas nomeadamente por parte dos adolescentes e jovens. Consumos e dependências do álcool significativas
- Aumento da criminalidade, nomeadamente na malha urbana
- Diminuição do estado social decorrente da atual situação de crise, com medidas de contenção nas políticas sociais, de saúde, educação, ação social dificultando a operacionalização das políticas previstas nos planos em vigor
- Diminuição dos recursos financeiros ao nível da gestão pública, redução das transferências para a administração local e para os serviços de proximidade.

- Aumento da vulnerabilidade financeira das famílias e organizações, precariedade económica das famílias e diminuição do poder de compra
- Precariedade do mercado de trabalho, baixos salários e salários em atraso
- Expetativas defraudadas provocadas pelo atual contexto, com impacto acentuado nos jovens, dificultando a definição de projetos de vida e conduzindo a uma emigração das faixas mais jovens
- Assimetrias entre as dinâmicas da cidade e as restantes freguesias, pois há uma centralidade de equipamentos e serviços que ficam sediados na cidade deixando as populações rurais com maior dificuldade de aceder aos mesmos
- Deficiente rede de transportes públicos no concelho – dificuldade na mobilidade especialmente de e para as freguesias rurais
- Aumento das doenças relacionadas com o sedentarismo, com efeitos nomeadamente na obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares
- Fraca atitude empreendedora da população em geral
- Fraca participação cívica e descrédito da população face às estruturas públicas. Elevada taxa de absentismo nos atos eleitorais
- Fragilidade do tecido empresarial local, dificulta o investimento em projetos estruturantes e cria insustentabilidade de um número significativo de pequenas e médias empresas
- Inexistência de equipas multidisciplinares em contexto escolar, para apoiar os alunos com maiores dificuldades e estimular o envolvimento dos pais no acompanhamento escolar dos filhos
- Significativo número de crianças e jovens com processos de promoção e proteção

1.6 Dos Problemas Sociais às Prioridades para a Intervenção

Subjacente a toda a análise exposta nos pontos anteriores, surge a necessidade de definir linhas de ação, identificar prioridades para a mudança que se pretende implementar no território.

Tendo presente que alguns dos problemas identificados neste PDS persistem há vários anos no concelho de Tomar, é uma preocupação procurar delinear novas estratégias de intervenção que possam contribuir para uma resolução ou minimização dos problemas agora identificados. Serão apresentadas estratégias de inovação social que possam dar sustentabilidade a um processo de mudança e de bem-estar da comunidade.

Nas propostas agora apresentadas houve o cuidado de envolver os parceiros sociais numa lógica de partilha de recursos e de complementaridade nas intervenções procurando, simultaneamente, a contribuição para um maior impacto social, tendo presente as várias dimensões do desenvolvimento social.

Comunidade

Problemas Priorizados

- **Minorias étnicas com dificuldade de integração (comunidade cigana)**
- **Criminalidade, comportamentos delinquentes e marginalidade**
- **Habitacões degradadas**
- **Comunidade cigana a residir em barracas, necessidades de habitacão/realojamento da mesma**
- **Jovens com comportamentos de risco/desviantes**
- **Idosos em situacão de isolamento e abandono**

Prioridades

- Construcão e reabilitacão de habitacões sociais que contribuam para o realojamento da comunidade cigana e outras
- Integracão de jovens em projetos sociais na área do desporto, cultura e educacão
- Reforçar o sentido de comunidade assente em laços de entreajuda, solidariedade e respeito por nós e pelos outros, princípios que possam contribuir para uma maior participacão comunitária e cívica de modo a assegurar a integracão de todas as pessoas
- Diminuir o isolamento da populacão idosa, principalmente em espaço rural

Famílias

Problemas Priorizados

- **Destruturacão familiar / falta de competências pessoais e de organizacão familiar**
- **Dificuldade das famílias em garantir as suas funçoes básicas (proteçao, conforto, confianca, seguranca,...)**
- **Idosos em situacão de abandono/isolamento e com necessidades diferenciadas, sem a respetiva adequaçao dos serviços disponíveis**
- **Famílias com baixos rendimentos em situacão de pobreza**
- **Sobre-endividamento das famílias/insolvência familiar**
- **Crianças em situacão de negligência / risco / perigo**
- **Insuficientes respostas de apoio familiar e aconselhamento parental**
- **Violência Doméstica**
- **A reduçao de algumas prestaçoes familiares, nomeadamente o RSI/subsídio de desemprego conduziu a situaçoes muito fragilizadas, em que as famílias têm dificuldades em liquidar as despesas regulares, nomeadamente da renda, eletricidade, água, medicaçao e tratamentos. Várias pessoas recorrem ao CAF para tentar suprimir estas dificuldades.**
- **Pobreza “escondida” e algumas famílias dependentes dos apoios sociais**

Prioridades

- Respostas às necessidades básicas das famílias em situação de carência económica/ pobreza
- Redução da violência doméstica, negligência e maus tratos
- Melhoria do atendimento, aconselhamento, acompanhamento das famílias e na articulação dos apoios a canalizar às famílias
- Integração da comunidade cigana através de planos específicos para o efeito

35

Problemas Priorizados

- **Desemprego, com predominância no desemprego de longa duração e no desemprego jovem**
- **Baixas qualificações e qualificações específicas em determinadas áreas**
- **Dificuldades na integração da comunidade cigana em atividades profissionais**
- **Fraca sensibilização/envolvimento do tecido empresarial na resolução dos problemas sociais**
- **Dificuldades de conhecer as oportunidades de emprego**
- **Ofertas de emprego pouco qualificado**
- **Elevadas qualificações de alguns desempregados face às ofertas de emprego disponíveis**
- **Serviços públicos a funcionarem com recurso significativo aos programas de trabalho social**
- **Dificuldade de acesso/ integração dos jovens na vida ativa**

Emprego e Formação

Prioridades

- Criação de oportunidades de formação profissional adequadas
- Apoio ao desenvolvimento de programas de incentivo ao empreendedorismo e consequente criação de postos de trabalho
- Aumento da capacitação e da responsabilidade social das pessoas e das organizações
- Dotar os serviços públicos, com recursos humanos, materiais e financeiros compatíveis com as suas funções e competências

Problemas Priorizados

- **Necessidade de tornar o território atrativo para a implementação de empresas**
- **Trabalho precário, baixos salários, contratos a termo certo, salários em atraso**
- **Desadequação entre a oferta e a procura de emprego**
- **Tecido empresarial enfraquecido/pouca diversidade na oferta**
- **Encerramento de várias empresas e consequente diminuição dos postos de trabalho**

Desenvolvimento Económico

- **Fracas condições e incentivos ao empreendedorismo**
- **Mobilidade – Transportes públicos inexistentes ou com horários inadequados, têm conduzido à recuso de ofertas de emprego e formação**

Prioridades

- Criação de programas para apoiar e atrair a fixação de empresas e a criação de postos de trabalho
- Reforçar a mobilidade no concelho, inter-freguesias e intraconcelho (melhorias dos circuitos de transportes públicos)
- Incentivo ao empreendedorismo e melhorar o acompanhamento aos desempregados, nomeadamente estratégias de procura de emprego
- Informar sobre os direitos laborais e legislação em vigor

Problemas Priorizados

- **Afastamento de alguns pais dos projetos educativos dos filhos**
- **Falta de acompanhamento direto e personalizado aos alunos e suas famílias numa componente social**
- **Dificuldades de integração de crianças com necessidades educativas especiais (necessidade de apoios terapêuticos – Psicologia, serviço social, terapia da fala ...)**
- **Algum absentismo e abandono escolar precoce**
- **Algum insucesso escolar**
- **Desadequação do sistema educativo na integração de alunos com problemas comportamentais/disciplinares/emocionais e de saúde mental**
- **Desvalorização da escola por parte de algumas famílias**
- **Negligência e maus tratos a crianças e jovens, sobretudo no meio familiar**
- **Fraca participação cívica dos cidadãos, elevadas taxas de abstenção em atos eleitorais**

Prioridades

- Promoção da capacitação, iniciativa, cultura, cidadania e responsabilidade das pessoas – desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais
- Criação e dinamização de equipas e recursos que permitam à escola o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais
- Incremento de iniciativas que promovam uma cidadania para o desenvolvimento sustentável, a coresponsabilização e o bem-estar de todos
- Apoio e incentivo às práticas desportivas, culturais e associativas nos cidadãos em geral e em particular nas crianças, jovens e idosos

Saúde e Qualidade de Vida

Problemas Priorizados

- **Falta de médicos e de cuidados de saúde**
- **Consumos de drogas e outras substâncias psicoativas e insuficientes respostas para acompanhamento e tratamento de pessoas toxicodépendentes e suas famílias**
- **Inexistência de cuidados de saúde/tratamentos para uma faixa da população significativa**
- **Pessoas portadoras de deficiência física ou mental com dificuldades de inserção/ integração social**
- **Necessidade de criar respostas sociais para apoiar as pessoas com problemas de saúde mental**
- **Elevada taxa de mortalidade infantil registada nos anos de 2012 e 2013**
- **Aumento do índice de dependência de idosos em situação de dependência sem apoio social e económico**
- **Insuficientes respostas para idosos**

Prioridades

- Garantir serviços médicos e cuidados de saúde a todas as pessoas e implementação de ações que conduzam ao bem-estar, de acordo com o definido pelas pessoas
- Redução dos consumos de drogas e de outras substâncias e criação de programas de apoio aos toxicodépendentes e famílias
- Criação de respostas na área da saúde mental e oral
- Criação de respostas e serviços dirigidos a pessoas em maior situação de vulnerabilidade social, nomeadamente idosos e deficientes

Território e Ambiente

Problemas Priorizados

- **Redução da população / densidade populacional (a reduzir)**
- **Redução da taxa bruta de natalidade (1981- 12.4%. – 2014 – 5%. (196 nascimentos /2014)**
- **Proporção da população residente com 65 ou mais anos - Taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade**
- **Existência de barreiras arquitetónicas no espaço público e equipamentos**
- **Deficiente / inadequada rede de transportes públicos/coletivos face às necessidades da população**
- **Necessidade de preservar os recursos hídricos e florestais**
- **Desertificação das freguesias rurais, maioria das freguesias com variação negativa**
- **Taxa bruta de mortalidade superior média regional e nacional**
- **Índice de envelhecimento muito superior aos valores regionais e nacionais**

Prioridades

- Incentivos para atrair a fixação de famílias jovens e à natalidade
- Valorização e proteção dos recursos hídricos, florestais e zonas verdes para fruição e melhoria das infraestruturas de apoio às populações.
- Afirmação de Tomar como um território sustentável e corresponsável para o bem-estar de todos
- Promoção da acessibilidade – no espaço público e no meio edificado – como um benefício para todos, direito básico e critério de qualidade.

Problemas Priorizados

- **Desconhecimento dos diversos serviços e respostas sociais existentes no concelho**
- **Insuficientes respostas sociais, principalmente de ERPI e centros de noite**
- **Necessidade de aumentar a capacidade noutras respostas já existentes**
- **Necessidade de qualificar o tecido associativo do concelho**
- **Dificuldades económicas e de sustentabilidade das associações, dificuldades de recorrerem a fontes de financiamento externas**
- **Poucas associações de âmbito juvenil**
- **Dificuldades em renovar os corpos sociais das associações**
- **Proliferação dos lares privados e casas de acolhimento a idosos, sem licenciamento, privilegiando a parte monetária em detrimento do bem-estar, cuidados e reais necessidades das pessoas idosas**

Redes de Serviços e Equipamentos

Prioridades

- Divulgar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais, nomeadamente com o estabelecimento de novas valências a protocolar
- Qualificar a intervenção efetuada pelas associações e a sustentabilidade das mesmas, promovendo o networking e a sua capacitação institucional
- Maior dinamização dos equipamentos desportivos, culturais e recreativos e das associações do concelho
- Incentivar o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo no âmbito da economia social, como elemento gerador de emprego e desenvolvimento social

Parc
ariac

Problemas Priorizados

- **Inexistência de CSF em todo o território do concelho**

- **Sobreposição de intervenções no apoio às famílias / multiplicação de apoios às mesmas famílias**
- **Dificuldades na partilha de informação/dados**
- **Algumas entidades públicas, devido a constrangimentos financeiros, não têm assegurado os apoios previstos nas suas competências.**
- **Dificuldades em estabelecer planos de intervenção social, assentes numa lógica de complementaridade**
- **Desarticulação entre alguns programas de apoio social, por exemplo PERA e Cantina Social de RSI**
- **Dificuldade na obtenção de dados estatísticos por parte das entidades**
- **Inexistência de estudos sectoriais tendo presente a dimensão do desenvolvimento social**
- **Necessidade de melhorar os circuitos de comunicação e articulação entre as entidades do concelho**
- **Comunicação deficiente entre agentes sociais locais**
- **Ausência de informação partilhada**

Prioridades

- **Constituição das Comissões Sociais de Freguesia e descentralização do CAF – Centro de Apoio à Família pelas freguesias do concelho**
- **Dinamização da Rede social, conselhos municipais e projetos em parceria**
- **Desenvolvimento de estudos, formação e informação que incrementem o empowerment, a participação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da comunicação**
- **Criação de condições que favoreçam a partilha de informação para o diagnóstico social, a qualificação das organizações, a intervenção social, as políticas municipais e a gestão de liderança para a inovação e mudança.**

2. Referencial Estratégico



2.1 Enquadramento no Quadro Estratégico para o concelho

TOMAR Sustentável e Corresponsável para o Bem-Estar de Todos

O Plano de Desenvolvimento Social de Tomar que agora se apresenta constitui a agenda de mudança estratégica definida pelo Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Tomar.

Plenamente integrado na Política de Coesão 2014-2020, nas Estratégias definidas para o Médio Tejo – principalmente a OE3 e parte da OE4 - e na Agenda de Mudança fixada pelo executivo, para Tomar, após amplo processo de participação, o que agora se apresenta, coloca o foco na sustentabilidade e na corresponsabilidade para o bem-estar, procurando ser a resposta clara aos anseios dos mais desfavorecidos e constituindo-se como um instrumento vital para o reforço da intervenção social que se pretende criativa, qualificada, participada e plenamente integrada.

Sublinha-se ainda a sua articulação com alguns dos instrumentos de planeamento nacionais, como a seguir se apresenta:

Instrumentos de Planeamento Estratégico Nacionais	Articulação
<p>Cidades Sustentáveis 2020</p>	<p>Para além da visão e dos princípios preconizados na definição / incremento das Cidades Sustentáveis, contribui para a prossecução dos seguintes eixos estratégicos:</p> <p>EIXO 2 – Sustentabilidade & Eficiência, sobretudo no que concerne:</p> <ul style="list-style-type: none"> - à promoção e dinamização do mercado de arrendamento privilegiando as intervenções no parque habitacional já existente ou associadas a operações de regeneração urbana (E2/B/17); - à reestruturação da oferta de habitação social ajustando o valor das rendas aos rendimentos do agregado familiar, erradicar as situações de alojamento precário e encontrar soluções sustentáveis (...) (E2/B/18). <p>EIXO 3 – Inclusão e Capital Humano, no que respeita predominantemente à Inclusão Social, à Capacitação e iniciativa, Cultura, cidadania e responsabilidade, bem como às comunidades urbanas, valorizando a escala de proximidade, de base comunitária para o desenvolvimento de processos inclusivos de cidadania.</p> <p>EIXO 4 – Territorialização & Governança, no que concerne à Informação e conhecimento, networking e capacitação institucional.</p>
<p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015</p>	<p>Dentro do Objetivo 5 – Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual – sublinha-se, o contributo para o reforço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da instituição familiar como elemento chave de coesão e integração social; - do voluntariado e da ação das instituições de solidariedade social; - da ação articulada dos serviços públicos com a sociedade civil, em torno dos grupos sociais mais desfavorecidos com mais forte risco de pobreza e

Instrumentos de Planeamento Estratégico Nacionais	Articulação
	<p>de exclusão social, nomeadamente os idosos, deficientes, jovens em risco, toxicodependentes, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> - dos níveis de maternidade precoce; - da redução do fenómeno da violência doméstica. <p>Acresce ainda o incremento para uma cidadania para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Na criação de condições:</p> <p>Plano Nacional de Saúde 2012-2016 e Plano Nacional de Saúde – revisão e extensão a 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> » para a promoção da participação e do empowerment dos cidadãos em geral (doentes ou não): - reforçando a capacidade destes para a tomada de decisão aos vários níveis do sistema de saúde; - aumentando a capacidade de gestão da sua saúde, incluindo a prevenção e a deteção precoce de doenças. » a assunção do compromisso, por parte das instituições prestadoras de cuidados, com vista à criação de condições para uma participação consciente e responsável dos cidadãos com vista à melhoria do sistema de saúde e à adoção de uma estratégia de empowerment, de forma clara e promovendo a adesão da comunidade local. » o desenvolvimento de estudos, formação e informação que incrementem o empowerment, a participação e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
<p>V</p> <p>Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017</p>	<p>Sublinha-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> » Promoção da implementação de Planos Municipais para a Igualdade com vista à integração da perspetiva do género, em todas as áreas de discriminação, reforçando a transversalidade deste tema em todos os domínios e dimensões de atuação. » O assinalar do “Dia Municipal para a Igualdade”.
<p>V</p> <p>Plano Prevenção Combate à Violência Doméstica 2014-2017</p>	<p>Prevenir, sensibilizar e educar para a redução da dimensão da Violência Doméstica, apelando à tomada de consciência dos cidadãos em geral para esta problemática e à coordenação de todas as entidades intervenientes para o reforço e aprofundamento das medidas de prevenção e proteção à vítima.</p> <p>Aprofundamento de conhecimento da realidade local e mobilização de todos os agentes locais para que, numa união de esforços, se caminhe no sentido da erradicação da violência de género no país.</p>

Instrumentos de Planeamento Estratégico Nacionais	Articulação
<p>Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade 2006-2015</p>	<p>Articulação no que concerne:</p> <ul style="list-style-type: none"> » Sensibilizar a sociedade para o facto da promoção da acessibilidade – no espaço público e no meio edificado - ser um benefício para todos, e que, portanto, deve ser valorizada e exigida pelos cidadãos como um direito básico e um critério de qualidade. » Fomentar a participação: <i>ij</i>) Criar parcerias locais estáveis que envolvam organizações não-governamentais representativas das pessoas com necessidades especiais; <i>ii</i>) Enquadrar, valorizar e estimular o contributo crítico de cidadãos e instituições na sinalização de barreiras e na planificação de soluções.
<p>Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território</p>	<p>No âmbito dos Objetivos Estratégicos / Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> » Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social. <p>(4.3) Desenvolver programas e incentivar ações que melhorem as condições de habitação, nomeadamente no que se refere aos grupos sociais mais vulneráveis.</p> <p>(4.4) Dinamizar redes de equipamentos coletivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias, promovendo a integração dos grupos mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social e garantindo a segurança a todos os cidadãos.</p> <ul style="list-style-type: none"> » Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições. » Uma sociedade criativa e com forte sentido de cidadania, pressupõe mais conhecimento, mais abertura e maior participação e responsabilização. » “Promover novas formas de governança territorial na cooperação interinstitucional, na concertação de políticas e na capacitação dos atores regionais, (...)”.
<p>Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020</p>	<p>De forma global, cruza com todas as dimensões e prioridades preconizadas pela Estratégia Nacional, de acordo com os eixos definidos: Transversal, Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Formação.</p>

Instrumentos de Planeamento Estratégico Nacionais	Articulação
Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020	<p>Dos objetivos gerais inscritos no Plano, sublinham-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> » Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências; » Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções.
IV Plano Nacional do Voluntariado 2013-2016	<p>De forma global responde diretamente à necessidade de desenvolver “um conjunto de medidas que visam a redução das desigualdades sociais, garantindo o bem-estar das pessoas e famílias, em particular dos mais desfavorecidos, inserindo-se esta no desenvolvimento do voluntariado integrado numa cultura de coesão social capaz de contribuir para uma maior qualidade de vida de todos os cidadãos que reforce os valores de cidadania. As medidas anteriormente acima referidas e nas quais se enquadra o presente PDS são, os Eixos 2 e 3 que preconizam o “Promover e formar” e o “Agir e Desenvolver”.</p>
Livro Branco da Juventude	<p>Neste documento estratégico realizado com a participação dos jovens e dos múltiplos intervenientes no setor da Juventude, assente no pressuposto duma abordagem multidimensional, integrada e responsável por parte de todos os envolvidos, nomeadamente das instituições públicas, é possível encontrar na sua generalidade as articulações possíveis entre os objetivos traçados para o plano nacional e o plano local. O presente PDS de Tomar 2015-2020 integra-se plenamente no modelo preconizado – Participação de todos – e reconhece-se genericamente nos objetivos delineados no âmbito de 13 das 14 áreas estratégicas. A saber: Educação e Formação (1); Emprego e Empreendedorismo (2); Participação Cívica (3); Emancipação Jovem (4); Mobilidade e Jovem Português no Mundo (5); Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco (7); Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (8); Cultura, Inovação e Criatividade (9); Voluntariado (10); Combate à Desigualdade de Oportunidades e Inclusão Social (11); Habitação (12); Solidariedade Intergeracional (13); Associativismo (14).</p>
Estratégia da DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária	<p>Responde à sua escala, aos principais desafios identificados no âmbito da grande estratégia definida “Afirmar o Notoriedade do Ribatejo Norte”, dos quais se sublinham: a Sustentabilidade, a Qualificação, a Inovação, a Fixação da População, a Inclusão, a Cooperação e o Estabelecimento de Redes, e a Participação da População.</p>

2.2 Referencial conceptual para o Planeamento

A Sustentabilidade e o Bem-Estar de Todos no Centro da Coesão Social

Citando a Constituição da República, é tarefa do Estado, “Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais.”

Contudo já se chegou à conclusão que esta “modernização das estruturas económicas e sociais” não pode continuar a ser sinónimo de desenvolvimento inscrito num modelo de crescimento económico ilimitado, quando o planeta tem recursos finitos e quando o mesmo origina profundas desigualdades no acesso aos meios de subsistência, pobreza e exclusão social. Há igualmente uma consciência crescente de que é preciso ir além do PIB e das estatísticas económicas para obter uma compreensão mais completa do que a sociedade está a fazer.

É crucial compreender a forma como a vida está a ser vivida e se esta está a comprometer a felicidade, o bem-estar e as condições de existência para a população atual e gerações futuras. De acordo com o 1º Relatório de Felicidade Mundial da ONU (2012), “(...) se agirmos com sabedoria, podemos proteger a Terra enquanto aumentamos a qualidade de vida em todo o mundo. Podemos fazer isso através da adoção de estilos de vida e tecnologias que melhoram a felicidade (ou satisfação com a vida), ao mesmo tempo que se reduz os danos humanos ao meio ambiente. «Desenvolvimento Sustentável» é o termo dado à combinação de bem-estar humano, inclusão social e sustentabilidade ambiental.”

Progresso Social e Coesão Social

Ora, isto remete-nos para uma definição de progresso e coesão social como um processo de construção de Bem-Estar de Todos com um horizonte comum: a sociedade solidária e corresponsável (Conseil de l’Europe, 2010, p. 59). Neste sentido a intervenção territorial tem subjacente as seguintes ideias:

- a) o progresso é formalizado e partilhado em torno do bem-estar de todos, a partir de um ponto de vista universal (incluindo as gerações futuras);
- b) o conhecimento para o progresso é construído conjuntamente entre os cidadãos;
- c) o incremento do progresso, faz-se de forma concertada entre as diferentes partes integrantes da sociedade;
- d) Uma articulação efetiva e formal que existe para colocar em prática as ações para o progresso.

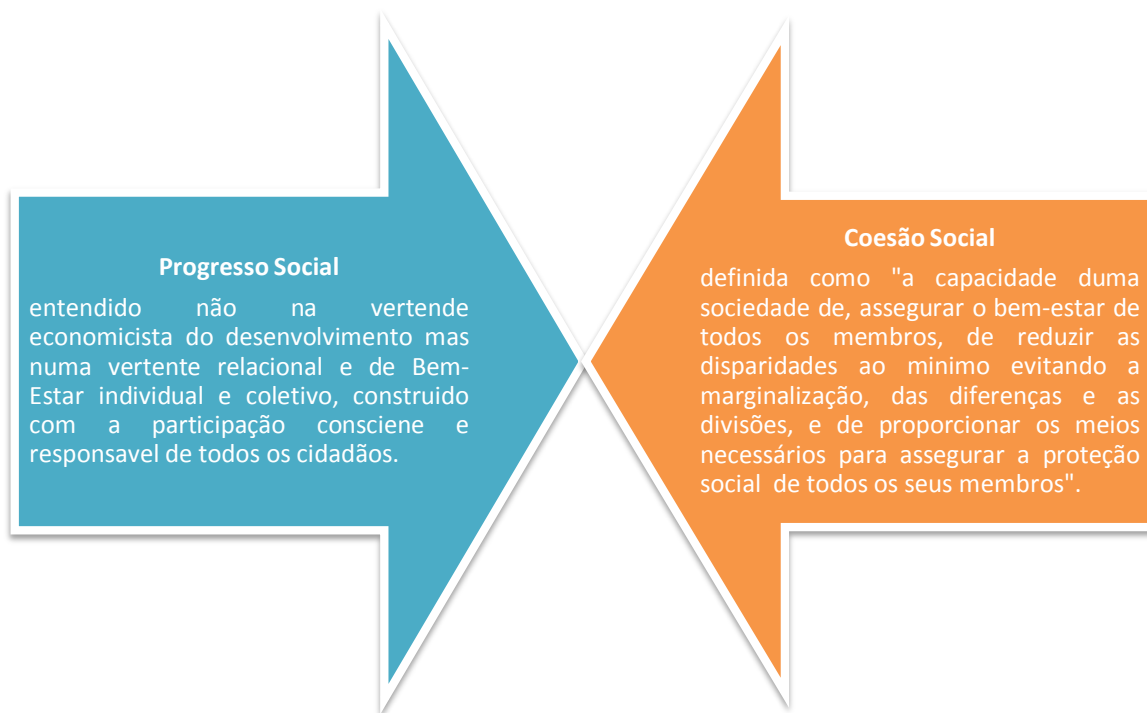


Ilustração - Progresso Social e Coesão Social

Intervenção Integrada para a Sustentabilidade e o Bem-Estar de Todos

Incrementar a Coesão Social, é assim, pensar na capacidade de assegurar o Bem-Estar de Todos os seus membros, reduzir as disparidades ao mínimo evitando a marginalização, e de gerir as diferenças e as divisões de todos os seus membros.

E o que é o Bem-Estar? Como se define?

Inspirando-nos na metodologia SPIRAL que tem vindo a ser incrementada, primeiro pelo Conselho da Europa e atualmente pela Rede TOGETHER⁴², e acercando-nos dos resultados dos vários processos participativos que decorreram nos últimos anos em muitos países da Europa, incluindo Portugal, podemos dizer que Bem-Estar assenta num conjunto de dimensões materiais e imateriais que muito resumidamente se apresentam:

⁴² Rede TOGETHER – Rede Internacional dos Territórios de Corresponsabilidade.

		Abordagem a partir da dimensão Pessoal	Abordagem a partir da dimensão Coletiva
Critérios materiais	Do que está à volta do sujeito para o sujeito	A. Acesso aos meios de subsistência	B. Quadro de vida
		Critérios de bem-estar/mal-estar próprios ao locutor e relativos aos elementos materiais essenciais para a sua vida	Critérios de bem-estar/mal-estar relativos ao quadro físico e com influência sobre o bem-estar/mal-estar de todos
D. Relações Pessoais		C. Relações com e entre as organizações	
Critérios de bem-estar/mal-estar correspondentes às relações que o locutor tem (amigos, família, vizinho, etc)		Critérios de bem-estar/mal-estar relativos ao enquadramento organizacional e político (instituições publicas e privadas)	
Critérios imateriais	Do sujeito para o que está à sua volta	F. Equilíbrios pessoais	E. Equilíbrios sociais
		Critérios de bem-estar/mal-estar relativos a equilíbrios internos (físicos, psicológicos, ...) próprios ao locutor do critério	Critérios de bem-estar/mal-estar relativos aos equilíbrios e desequilíbrios caracterizando a sociedade na qual o locutor vive (bairro, região, país, mundo, espaços culturais, etc.)
		G Sentimentos de mal-estar/bem-estar	
		Citérios de bem-estar/mal-estar pessoais do locutor exprimindo um sentimento de mal-estar ou de bem-estar de uma forma geral e não específico a uma dimensão já descrita	
		H. Atitudes e iniciativas	
		Critérios de bem-estar/mal-estar relativos a atitudes, iniciativas e compromissos assumidos individualmente ou com outras pessoas.	

Ilustração - ESPOIR: Dimensões e Componentes do Bem-Estar

Governança Integrada

Com os cidadãos define-se o Bem-Estar e com eles as prioridades para o desenvolvimento territorial, numa lógica de Governança Territorial Integrada e Colaborativa, tendo presente a complexidade dos atuais problemas sociais e a urgência de novas e eficazes soluções para os mesmos.

A Governança Territorial Integrada e Colaborativa poderá assim vir a assumir-se como modelo de gestão de referência para o PDS, que constitui neste momento um espaço privilegiado de

experimentação, na medida em que se pretende através deste criar as condições para a novação, a criatividade e a mudança.

Ir além dos modelos tradicionais do tipo burocrático, hierárquico e assistencialista, torna-se por demais urgente, para que se possa fazer face aos desafios que hoje vivemos e se avizinham. Para tal contribuirá, a criação de um sistema de informação e comunicação que favoreça a necessária integração e articulação de todas as dinâmicas institucionais e das estruturas⁴³ de parceria existentes, para além da inevitável participação dos cidadãos.

48

As Pessoas no Centro das Políticas

Partindo da valorização das comunidades e redes locais procura-se colocar as pessoas no centro das políticas municipais e territoriais, estimulando os cidadãos a participarem na definição do bem-estar, a tomarem decisões para o incremento do mesmo e a agirem, em conformidade.

Pensamos que só assim é possível contribuir para a redução das desigualdades e dos fenómenos de pobreza e exclusão social, e por conseguinte, para o reforço da coesão social nos diferentes planos – concelhio, regional, nacional e europeu.

No presente Plano de Desenvolvimento Social coloca-se o foco nos grupos de cidadãos mais desfavorecidos, nas respostas sociais que se pretendem (re)novadas e criativas para se poder fazer face aos desafios com que nos confrontamos atualmente, mas com ações que envolvem naturalmente os demais cidadãos, uma vez que falamos de integração e coesão social.

TOMAR Sustentável e Corresponsável para o Bem-Estar de Todos, pressupõe a desconstrução de preconceitos, a valorização do potencial de cada um, de cada comunidade e do território, unindo em torno de um valor comum, suficientemente mobilizador de Todos: a preservação do planeta para as gerações futuras e o bem-estar de todos, sem exceção.

⁴³ Como por exemplo Conselho Municipal de Juventude, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Segurança, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Núcleo Local de Inserção (NLI), Consórcio Programa Escolhas, Centro de Apoio à Família (CAF), Equipa de Intervenção Precoce, Rede Social (CLAS+NE+CSF), Assembleias de Freguesia e Municipal, entre outros.

3. Visão, Eixos Estratégicos e Linhas Orientadoras de Ação



3.1 A Visão estratégica para Tomar

Visando o desenvolvimento sustentável, o reforço da coesão e da inclusão social, em função do Bem-Estar de todos incluindo as gerações futuras, preconiza-se um concelho sustentável e responsável para o Bem-Estar de Todos, sem exceção.

TOMAR Sustentável e Corresponsável para o Bem-Estar de Todos traduz-se no desenvolvimento de uma visão integrada e multidimensional assente na preservação da natureza, no respeito pelas pessoas, na criatividade, na participação e na corresponsabilidade para a construção do bem-estar de todos.

3.2 Eixos Estratégicos

Para o incremento da visão preconizada, passa-se a enunciar um conjunto de Eixos Estratégicos, os quais se desdobram posteriormente em Linhas Orientadoras para a Ação. A Saber:



3.3 Linhas Orientadoras para a Ação

Para a definição das Linhas Orientadoras para a Ação que a seguir se apresentam, concorreram fundamentalmente as prioridades definidas no capítulo I e o cruzamento com os referenciais estratégicos do capítulo II. Trata-se de um conjunto de orientações exequíveis com a participação e a corresponsabilização de todos os parceiros e cidadãos.

Antes de passarmos à apresentação propriamente dita, sublinha-se que algumas das linhas apontadas podem integrar mais do que um eixo estratégico. Para evitarmos neste momento a repetição, optámos por organizá-las em função do foco predominante da ação que se pretende desenvolver.

1. TOMAR PARTICIPA E DECIDE

- 1 Incrementar a participação dos cidadãos, em geral, criando os contextos adequados para o efeito, quer nos processos de reflexão, tomada de decisão pública aos diferentes níveis, quer ainda na definição do Bem-Estar e de um plano para a Corresponsabilidade para o Bem-Estar de Todos.
- 2 Criar, atualizar, apoiar e disponibilizar informação útil para os cidadãos, profissionais, dirigentes e organizações, nos mais variados temas quer no âmbito das problemáticas identificadas, quer enquanto ferramenta para a melhoria das competências, das respostas e do funcionamento dos serviços.
- 3 Apoiar a atualização e a realização de instrumentos estratégicos de planeamento para o concelho, de forma participada e amplamente divulgada.

2. TOMAR APRENDE

- 1 Promover e estimular a educação, a formação e o conhecimento para uma cidadania ativa e a corresponsabilidade para o Bem-Estar individual e coletivo.
- 2 Promover condições para uma maior qualificação das equipas, dos serviços, das organizações, da intervenção e das próprias respostas existentes nos diferentes sectores de atuação.
- 3 Promover condições para uma maior qualificação da intervenção realizada pelas associações e pensar a sustentabilidade das mesmas, promovendo o *networking* e a sua capacitação institucional.
- 4 Promover iniciativas que contribuam para o reforço de competências pessoais, parentais e sociais através de iniciativas de educação não formal.
- 5 Criar as condições para o acesso às tecnologias de informação por parte das pessoas, em geral, e grupos específicos em particular.

3. TOMAR ATIVO E EMPREENDEDOR

- 1 Pensar e reforçar a oferta formativa existente no concelho, em função não só do mercado existente, mas sobretudo em função do desenvolvimento que se preconiza para o concelho e para a região.
-

- 2 Incentivar o aumento de qualificações, sobretudo junto da população mais carenciada e de baixas qualificações profissionais, e apoiar o acesso ao emprego.
- 3 Assegurar que a informação útil em matéria de emprego, formação, estágios, programas de apoio e afins, cheguem em tempo oportuno às pessoas a que se destinam.
- 4 Criar Programas de apoio ao empreendedorismo e à integração social e profissional.
- 5 Apoiar programas e incentivos que promovam a fixação das pessoas e das empresas no concelho.
- 6 Apoiar o reforço da Economia Social.
- 7 Incentivar e apoiar o surgimento e a implementação de projetos que deixam indiciar ou favoreçam formas diferentes de ser ativo e empreendedor, no contexto atual face aos desafios existentes.

4. TOMAR SAUDÁVEL E SOLIDÁRIO

- 1 Incentivar a adoção de estilos de vida saudáveis com especial foco na responsabilidade de cada um, na promoção dos mesmos.
- 2 Promover o acesso à cultura, às artes, atividades de lazer, e Incentivar a prática do desporto e do contacto com a natureza.
- 3 Promover ações de prevenção, informação e rastreio em várias áreas da saúde junto de grupos vulneráveis, incluindo a saúde em meio escolar.
- 4 Promover o acesso a cuidados de saúde a todas as pessoas, em geral, e desenvolver respostas adequadas nas áreas da saúde mental, oral e comportamentos aditivos.
- 5 Estimular o envelhecimento ativo.
- 6 Incentivar e criar condições para a afirmação Tomar como um Concelho Socialmente Responsável.
- 7 Promover o voluntariado individual e organizacional.

5. TOMAR PRÓXIMO E EM REDE

- 1 Descentralizar, melhorar, rentabilizar melhor, criar e aumentar a cobertura das respostas sociais, educativas, habitacionais, saúde e apoio às famílias, otimizando a equidade das mesmas no concelho.
 - 2 Apoiar crianças e jovens com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem ou de integração.
 - 3 Promover as acessibilidades nos espaços públicos e meio edificado.
 - 4 Prevenir e reduzir os fenómenos de violência doméstica, maus tratos e negligência, sobretudo nos grupos mais vulneráveis – menores, deficientes, mulheres e idosos – e reforçar as respostas de apoio às vítimas.
 - 5 Contribuir para a melhoria da organização e funcionamento da rede de transportes públicos, incluindo a emergência de novas respostas em termos dos transportes de proximidade.
 - 6 Desenvolver um sistema de informação e comunicação local.
-

-
- 7 Criar mecanismos no território capazes de estimular as parcerias, o associativismo, a comunicação, a produção de informação útil e a partilha de conhecimento e saberes.
 - 8 Reforçar as dinâmicas associadas à Rede Social e às Comissões/Conselhos Municipais aproximando-as cada vez mais, aos cidadãos.
-

6. TOMAR INCLUSIVO E CRIATIVO

- Reforçar o sentido de comunidade assente em laços de entreatajuda e respeito, pelo próprio, pelos outros e por tudo o que nos rodeia.
- 1
 - 2 Fomentar o desenvolvimento de condições e contextos que favoreçam outras perspetivas no olhar sobre as pessoas e o território.
 - 3 Afirmação das artes e da criatividade, como potenciadores de integração social e corresponsabilidade.
 - 4 Criar e implementar Programas Estratégicos que favoreçam a Integração no concelho, no global, e a Integração dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis, incluindo minorias étnicas, em particular.
 - 5 Valorização e proteção recursos hídricos, florestais e zonas verdes para fruição e melhoria das infraestruturas de apoio às populações.
-

4. Instrumentos e Recursos



No seguimento do processo de planeamento da intervenção e na promoção de uma maior articulação dos agentes e da integração das ações em curso ou a implementar, são identificadas as respostas e projetos sociais em desenvolvimento, no território do concelho de Tomar.

4.1 Rede de Equipamentos Sociais

O concelho de Tomar possui uma rede de equipamentos sociais alargada, que responde a necessidades da população em geral e das pessoas e famílias que se encontrem em vulnerabilidade económica e social, nomeadamente

57

Destinatários/as	Respostas Sociais	Sem Fim Lucrativos	Com Fins Lucrativos	Total
Crianças e jovens	Creche	2	2	4
	Creche familiar/Amas	3		3
	Equipa de Intervenção Precoce	1		1
	Centro de Atividades e Tempos Livres	1		1
	CAT – Centro de Acolhimento Temporário	2	2	4
	<hr/>			
Pessoas Idosas e Dependentes	SAD – Serviço Apoio Domiciliário	11		11
	Centro de Dia	8		8
	ERPI – Estruturas residenciais de Pessoas Idoso	7	6	13
	Centro de Convívio	3		3
	Unidade de Cuidados Continuados	1		1
	<hr/>			
Pessoas com Deficiência	CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	1		1
	CRI – Centro de Recursos para a Integração	1		1
	Lar Residencial	1		1
	<hr/>			
Doença Mental	Centro Hospital do Médio Tejo/ Serviço de Psiquiatria	1		1
	Associação de Saúde Mental do Médio Tejo	1		1
<hr/>				
Família e Comunidade em Geral	Cantinas Sociais	8		8
	CAF	1		1
	Ajuda Alimentar	4		4
	Ajuda em Roupas	2		2

4.2 Redes e Parcerias Locais

Nesta fase são identificadas as parcerias e projetos que se encontram em desenvolvimento e que vão servir de recurso à estratégia de desenvolvimento social, agora delineada, pois a concertação de recursos e a otimização das equipas contribui para uma melhor coordenação e concertação das intervenções a realizar, num efetivo apoio social às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Denominação	Breve Descrição	Âmbito de Intervenção
CAF – Centro de Apoio à Família	Protocolo que visa a concertação de esforços entre várias entidades, de modo a criar um pacote de medidas de apoio às famílias vítimas do desemprego conjuntural, em virtude da crise que o país atravessa e que, por isso, estejam a viver situações de carência.	Concelho
CLAS – Conselho Local de Ação Social	O CLAS integra as principais entidades do concelho abrangendo as várias áreas de intervenção e deve-se assumir-se como o órgão concelhio que fará a articulação e complementaridade das intervenções a realizar no território que visem o desenvolvimento social.	Concelho
CME – Conselho Municipal de Educação	O Conselho Municipal de Educação tem por objetivo “promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”.	Concelho
CMJ – Conselho Municipal de Juventude	O conselho municipal de juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. A sua finalidade é: Colaborar na definição e execução das políticas	Concelho

Denominação	Breve Descrição	Âmbito de Intervenção
	municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social; associações juvenis no seu âmbito de atuação	
CMS – Conselho Municipal de Segurança	O conselho municipal de segurança é uma entidade de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objetivos composição e funcionamento são regulados pela Lei nº 33/98, de 18 de julho. Constituem proteção dos conselhos: a) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem; b) Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos no respetivo município e participar em ações de prevenção; c) Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município; d) Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social.	Concelho
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	Entidade oficial, não judiciária, constituída por representantes de serviços e instituições concelhias, públicas e privadas, que visa, promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo ou pondo termo a situações	Concelho

Denominação	Breve Descrição	Âmbito de Intervenção
	suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento.	
CSF – Comissão Social de Freguesia de Tomar (união de freguesias de S. João batista e Sta. Maria	Fórum de articulação que visa a implementação das medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da Rede Social.	Freguesia de Tomar (S. João Batista e Sta. Maria dos Olival)
Intervenção Precoce	<p>O Sistema de Intervenção Precoce deve assentar na universalidade do acesso, na responsabilização dos técnicos e dos organismos públicos e na correspondente capacidade de resposta.</p> <p>Neste âmbito são criadas as ELI – Equipas Locais de Intervenção, que têm os seguintes objetivos:</p> <p>Identificam as crianças e famílias elegíveis para serem de forma imediata apoiadas no âmbito do SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;</p> <p>Asseguram a vigilância das crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requeiram avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidade de evolução;</p> <p>Encaminham as crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;</p> <p>Elaboram e executam o Plano Individual da Intervenção Precoce (PIIP), em função do diagnóstico da situação;</p> <p>Identificam necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;</p> <p>Articulam, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens, com os núcleos da saúde de crianças e jovens em risco ou outras</p>	Concelho

Denominação	Breve Descrição	Âmbito de Intervenção
	entidades com atividade na área da proteção infantil; Asseguram, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos; Articulam com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.	
NLI – Núcleo Local de Inserção	Órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção das Pessoas Beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), composto por um grupo de entidades com responsabilidades na elaboração e aprovação dos respetivos programas de inserção.	Concelho
Conselho Municipal de Defesa da Floresta	Para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.	Concelho

5. Avaliação e Monitorização



Inerente ao Plano de Desenvolvimento Social, é necessário definir um modelo de avaliação que dê orientações do modo como decorre a execução do plano e contribua para a aprendizagem da parceria, no sentido de serem introduzidas as mudanças que se considerem necessárias, conforme as dinâmicas sociais do concelho.

Tendo presente esta dimensão e a complexidade dos problemas sociais da atualidade importa salientar “que a avaliação não serve para fiscalizar, nem para apontar e punir culpados, devendo ser encarada como um momento e como um instrumento imprescindível para o planeamento das intervenções como um instrumento fundamental de impacto nas decisões futuras relativas ao projeto contribuindo para tornar mais transparente as intervenções e tornar possível a replicação das boas práticas na área da intervenção para o desenvolvimento social” in Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social

Uma avaliação regular e sistematizada do PDS, dará contributos para a elaboração dos planos de ação anuais, no sentido de intensificar ações em determinadas áreas, conforme as prioridades e problemáticas que vão surgindo, canalizando recursos que as possam colmatar.

Um modelo de avaliação deve assentar em processos/métodos de pesquisa científica, em detrimento dos processos assentes em apreciações, perceções, opiniões feitas de forma espontânea, sem terem por base dados objetivos. De aludir que, por vezes, nas intervenções sociais, as opiniões e perceções deturpam a realidade dos factos e desviam o foco do problema principal.

De modo a colmatar esta realidade é importante que a avaliação esteja focada no seguinte:

- Na forma de conceção dos programas em desenvolvimento, políticas, estratégias e recursos canalizados para a resolução dos problemas identificados
- Nas formas de tomada de decisão, como vão ser envolvidos as entidades e pessoas
- Na execução, que recursos foram canalizados
- Nos resultados das medidas, atividades e programas desenvolvidos
- Na recolha de informação técnica que permita às entidades envolvidas, realizarem aprendizagens dos efeitos da sua atuação, destacando boas práticas e corrigir estratégias que não tenham produzido os efeitos desejados

Tendo presente esta matriz será importante definir um modelo de avaliação em três fases

- Avaliação ex-ante prévia, que deverá ocorrer na fase de conceção do plano
- Avaliação de acompanhamento, on-going, que deverá ocorrer na fase de operacionalização e execução do plano
- Avaliação ex-post, que deverá ocorrer após o período do plano para medir os impactos, efeitos e resultados do plano

Neste sentido, deverá ser criado um grupo de trabalho no âmbito do CLAS, que desenvolva o processo de avaliação do Plano de Desenvolvimento de Tomar 2015-2020.

6. Recomendações para o Plano de Ação



As propostas e desafios que são enunciados no PDS de Tomar, para o período de 2015-2020, têm subjacentes a elaboração de planos de ação anuais ou bianuais, que venham concretizar a execução dos objetivos estratégicos agora definidos.

No entanto, e tendo presente que a proposta apresentada é ambiciosa e pretende criar uma nova dinâmica social no concelho de Tomar, a qual só será possível com o envolvimento e participação dos vários parceiros do concelho, será necessário desenvolver, num futuro próximo, o seguinte:

- Atualizar o **Diagnóstico Social**, como um instrumento fundamental para um conhecimento permanente da realidade do concelho e permitir um melhor planeamento das intervenções a efetuar. Este objetivo será desejável estar concluído até final de 2015, tendo por base uma metodologia de realização de estudos/dossiês setoriais e temáticos por área de intervenção. Este trabalho pretende-se que tenha uma maior participação e envolvimento das pessoas e organizações do concelho.
- Concluído o diagnóstico, importa **monitorizar a execução do PDS** agora elaborado, de forma a aferir se as prioridades identificadas se mantêm, tendo presente as dinâmicas sociais do concelho e os novos programas que venham a ser implementados no território.
- Elaboração de **planos de ação anuais ou bianuais** de acordo com as prioridades e eixos de intervenção agora definidos, que venham concretizar e executar as estratégias agora delineadas, com indicação das ações a realizar, metodologias a desenvolver, resultados a atingir, recursos necessários e parceiros envolvidos.
- Refletir sobre o **modelo organizacional** e de articulação entre as várias parcerias a funcionar no concelho, numa lógica de governação integrada – urge criar um sistema de complementaridade das intervenções efetuadas junto das famílias e grupos alvo.
- Reforçar a **constituição das Comissões Sociais de Freguesia**, enquanto fóruns privilegiados de diagnóstico e de proximidade no território. Importante que as CSF se assumam como parceiros estratégicos na identificação e acompanhamento das famílias com maiores dificuldades e simultaneamente na promoção do desenvolvimento social local.
- O **CAF** assume-se como um projeto estruturante de apoio às famílias no concelho, no entanto e tendo presente a experiência dos últimos anos importa definir um novo modelo de descentralização para as freguesias de modo a criar serviços de proximidade e facilitar as pessoas que necessitam de recorrer aos serviços públicos.
- Criar infra-estruturas que permitam aos parceiros da rede social, de forma integrada disponibilizarem melhores serviços e apoios às famílias.
- Desenvolver **Sistema de Informação Local**, como plataforma de articulação e comunicação entre os parceiros sociais e sobretudo criar melhores mecanismos de apoio às famílias.
- Desenvolver projetos no sentido de **captar recursos financeiros** que possibilitem o desenvolvimento de algumas das propostas agora apresentadas.
- Capacitar as equipas e melhorar a **qualificação dos Recursos Humanos**, no sentido de criar e desenvolver competências inovadoras que melhorem as intervenções com as famílias de modo a envolvê-las no seu processo de integração e inclusão.
- Considerar as opções estratégicas agora definidas nos novos **planos que estão em fase de elaboração** para o concelho, nomeadamente o PDM e Projeto Educativo Municipal, por se considerar que são instrumentos fundamentais no desenvolvimento social do concelho.

Uma nova visão para Tomar, com a realização e implementação deste PDS, pretende-se que Tomar, **em 2020**, seja um concelho:

- relevante tanto ao nível regional, nacional e internacional, atrativo e competitivo
- assente numa governança integrada e participada e de confianças mútuas
- de conhecimento, inovação e criatividade, onde o capital humano seja capaz de implementar valor acrescentado
- de inclusão e integração onde todos os cidadãos tenham garantidas as condições de bem-estar e felicidade
- de redes e parcerias, onde todas as organizações numa perspetiva de diálogo estruturado contribuem para o desenvolvimento e coesão social
- sustentável, com a preservação dos recursos naturais e um território qualificado
- de emprego e empreendedorismo, onde entidades e pessoas encontrem as condições para fixarem os seus negócios, como alavanca à qualidade de vida
- que fomenta a dinamização social e inclusiva, onde as instituições sociais se assumam como parceiros ativos no apoio social, criando e dinamizando respostas sociais e projetos de inovação social

66

Tendo presente que a Rede Social é um projeto coletivo de articulação e complementaridade, este Plano de Desenvolvimento Social assume-se como um instrumento mobilizador, de uma mudança que se pretende operacionalizar e que contribua para um concelho mais igual, mais corresponsável, mais sustentável, mais inovador, mais criativo e mais solidário, onde a participação e o envolvimento de todos é fundamental.

Considerando os anteriores dados apresentados, os contributos dos parceiros da Rede Social de Tomar rececionados e partilhados em diversas reuniões de trabalho e com a finalidade de afirmar **TOMAR Sustentável e Corresponsável para o Bem-Estar coletivo**, definiram-se **6 Eixos Estratégicos**, dentro dos quais são enunciadas **35 Linhas Orientadoras para a Ação**. Tal como o nome indica, estamos perante um conjunto de orientações que têm por objetivo ajudar a definir as ações que venham a ser enquadradas nos múltiplos planos de ação da Rede Social, entre 2016-2020, apresentados no anexo 3.

Dentro destas Linhas Orientadoras definidas, encontram-se propostas de ações que serão alvo de análise, reflexão e priorização de acordo com critérios a serem delineados por todos os membros da Rede Social. As ações que se apresentam estão longe de estarem fechadas ou serem as últimas. Muitas outras deverão surgir no âmbito dos diversos processos de planeamento e avaliação a decorrer até 2020.

Em suma, tal como definido na **visão estratégica para TOMAR**, preconiza-se o desenvolvimento sustentável, o reforço da coesão e da inclusão social, em função do Bem-Estar coletivo presente e futuro.

Bibliografia



- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (2013). *Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas 2013-2020*. Lisboa: ACIDI.
- Castro, J. L. (2009). *Rede Social - desafios e experiências de um programa estruturante*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2014). *Médio Tejo 2020: Plano estratégico de desenvolvimento 2014-2020* (Relatório Final). Lisboa: AM&A Sociedade de Consultores.
- Conseil de l'Europe (2010). *Construire le progrès sociétal pour le bien-être de tous avec les citoyens et les communautés - Guide méthodologique*. Consultado em ago. 2015. Disponível em http://www.coe.int/t/dg3/socialpolicies/socialcohesiondev/source/GUIDEBIENETRE_FR.pdf
- Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de junho. *Diário da República n.º 114/2006 – I Série A*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Fórum para a Governação Integrada (2014). *Problemas sociais complexos: desafios e respostas - Atas da Conferência Internacional, 11-12 julho 2014*. Lisboa: GovInt – Fórum para a Governação Integrada.
- Godinho, R. & Henriques, J. M. (s. d.). *Projeto rede em prática (Relatório final da avaliação do programa Rede Social 2010-2012)*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Instituto de Solidariedade e Segurança Social (2003). *Plano de desenvolvimento social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segurança Social.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Dados estatísticos*. Consultado em ago. 2015. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados.
- Instituto Politécnico de Tomar. (2015). *Cursos*. Consultado em ago. 2015. Disponível em <http://portal2.ipt.pt/pt/Cursos/>.
- Madeira, M. J. (1996). *Coesão Social e Acção Social*. Lisboa: Direção Geral da Ação Social. Disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/18931/Coesao_social_accao_social
- Marques, R. (Coord.) (2014). *Problemas complexos e governança integrada*. Lisboa: GovInt – Fórum para a Governação Integrada.
- Mendes, M., Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Município de Tomar (2008). *Carta educativa*. Tomar: Município de Tomar.
- Nazareth, J. M. (1996). *Introdução à demografia*. Lisboa: Fundamentos.
- ONU (2012). *World Happiness Report*. Disponível em <http://issuu.com/earthinstitute/docs/world-happiness-report?e=4098028/2014244>.
- PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo. (2015). *Municípios*. Consultado em ago. 2015. Disponível em <http://www.pordata.pt/Municipios>.
- Rede Social de Tomar (2007). *Plano de desenvolvimento social 2007-2012*. Tomar: Rede Social.
- Unidade de Intervenção Social e Educação (2015). *Monitorização da carta educativa do concelho de Tomar*. Tomar: Município de Tomar.

Anexos



Anexo 1 – Parceiros CLAS

Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo - ACESMédio Tejo
Agrupamento de Escolas Nuno Santa Maria
Agrupamento de Escolas Templários
Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência - ADRA
Associação Cigana e de Minorias Étnicas do Médio Tejo - ACMET
Associação Cultural Desporto e Solidariedade Social do Paço da Comenda
Associação Cultural e Educativa de solidariedade Social Templários de Tomar
Associação Cultural Recreativa e Social da Venda Nova
Associação de Apoio Social da Freguesia de S. Pedro
Associação de Saúde Mental do Médio Tejo - AFMMT
Associação para o desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte - ADIRN
Associação Pró Sénior da Sabacheira
Câmara Municipal Tomar
Cáritas Inter-Paroquial Beselga/Madalena
Cáritas Paroquial de Tomar
Centro de Assistência Social de Olalhas
Centro de Assistência Social de Tomar
Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo - IEFP
Centro de Integração e Reabilitação de Tomar - C.I.R.E.
Centro de Respostas Integradas do Ribatejo - Equipa de Tratamento de Abrantes
Centro Distrital de Segurança Social
Centro Humanitário de Abrantes/Tomar - Cruz Vermelha Portuguesa
Centro Social e Paroquial da Serra
Centro Social e Paroquial de Além da Ribeira
Centro Social e Paroquial de Asseiceira
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição
DGRSP - Equipa de Médio Tejo
Escola de Futebol de Tomar
Guarda Nacional Republicana
Instituto de Ação Social das Forças Armadas - Centro de Apoio Social de Tomar - IASFA
Instituto Politécnico de Tomar
Junta de Freguesia de Asseiceira
Junta de Freguesia de Carregueiros
Junta de Freguesia de Olalhas
Junta de Freguesia de Paialvo
Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar
Junta de Freguesia de Sabacheira
Lar de S. Mateus da Junceira
Polícia de Segurança Pública
Santa Casa da Misericórdia de Tomar

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais

Sociedade Recreativa e Musical da Pedreira

União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira

União das Freguesias de Casais e Alviobeira

União das Freguesias de Madalena e Beselga

União das Freguesias de Serra e Junceira

União das Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais

União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Santarém

Anexo 2 – Dados Estatísticos

Quadro 1 – População Residente e População Presente, Número de famílias, de alojamentos e de edifícios, no concelho de Tomar, em 2011

Município	População Residente			População Presente			Famílias	Alojamentos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M			
Tomar	40677	19271	21406	39449	18538	20911	16353	26368	20756

Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 2 – Famílias clássicas (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Dimensão (família clássica)

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Decenal					
	Período de referência dos dados					
	2011					
	Dimensão (família clássica)					
	Total	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou mais pessoas
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	4043726	866827	1277558	965781	671066	262494
Centro	904770	195368	301017	209076	149577	49732
Médio Tejo	87011	19623	29691	19389	14099	4209
Tomar	16353	3857	5736	3422	2531	807
Alviobeira	247	57	80	53	43	14
Asseiceira	1167	236	407	279	191	54
Beselga	321	82	117	65	47	10
Carregueiros	467	100	165	96	79	27
Casais	927	204	311	206	165	41
Junceira	319	76	99	67	51	26
Madalena	1227	229	426	264	241	67
Olalhas	559	148	186	103	78	44
Paialvo	1003	229	347	208	162	57
Pedreira	223	40	101	40	29	13
Santa Maria dos Olivais	5188	1305	1802	1097	772	212
Tomar (São João Baptista)	2328	603	824	465	311	125
São Pedro de Tomar	1163	225	406	268	202	62
Sabacheira	406	103	156	76	57	14
Serra	488	149	180	75	57	27
Além da Ribeira	320	71	129	60	46	14

Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 3 – Estimativa da população residente (N.º), por Local de residência (NUTS-2013), Sexo; 2014

Local de residência	Estimativa da população residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo; 2014		
	Sexo		
	HM	H	M
Portugal	10374822	4923666	5451156
Centro	2263992	1073816	1190176
Médio Tejo	239200	113277	125923
Abrantes	37116	17742	19374
Alcanena	13279	6338	6941
Constância	4005	1867	2138
Entroncamento	20462	9623	10839
Ferreira do Zêzere	8268	3897	4371
Mação	6794	3221	3573
Ourém	45127	21293	23834
Sardoal	3837	1860	1977
Sertã	15286	7219	8067
Tomar	38581	18190	20391
Torres Novas	35738	16971	18767
Vila de Rei	3406	1544	1862
Vila Nova da Barquinha	7301	3512	3789

 Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 4 – Taxas de crescimento (%) por Local de residência

Local de residência (NUTS - 2013) (1)	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual		Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual		Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual	
	Período de referência dos dados		Período de referência dos dados		Período de referência dos dados	
	2011	2014	2011	2014	2011	2014
	%	%	%	%	%	%
Portugal	-0,23	-0,29	-0,06	-0,22	-0,29	-0,5
Centro	-0,32	-0,27	-0,34	-0,49	-0,67	-0,76
Médio Tejo	-0,27	-0,26	-0,53	-0,68	-0,8	-0,93
Tomar	-0,69	-0,45	-0,74	-0,84	-1,43	-1,3

 Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

Quadro 5 – População residente (N.º) por Local de residência e Sexo; Decenal

Local de residência	População residente (N.º) por Local de residência e Sexo; Decenal			
	Período de referência dos dados			
	1991	2001	2011	Varição entre 1991/2011 (%)
Portugal	-	103 561 17	105 621 78	-
Centro	-	234 839 7	232 775 5	-
Médio Tejo	-	226 090	220 661	-
Alviobeira	609	635	623	2,30
Asseiceira	3262	3201	2945	-9,72
Beselga	998	880	751	-24,75
Carregueiros	1171	1255	1179	0,68
Casais	2472	2471	2342	-5,26
Junceira	801	833	889	10,99
Madalena	3434	3466	3239	-5,68
Olalhas	1728	1581	1415	-18,11
Paialvo	2823	2850	2599	-7,93
Pedreira	641	563	549	-14,35
Santa Maria dos Olivais	12040	12081	12616	4,78
Tomar (São João Baptista)	6596	6103	5593	-15,21
São Pedro de Tomar	3186	3068	3027	-4,99
Sabacheira	1274	1115	955	-25,04
Serra	1223	1299	1191	-2,62
Além da Ribeira	876	885	764	-12,79

 Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 6 – Estimativas da população residente no município de Tomar, em 2014, por sexo e grupo etário

Grupo etário	HM	H	M
0-4 anos	1.200	631	569
5-9 anos	1.480	778	702
10-14 anos	1.762	935	827
15-19 anos	2.074	1.072	1.002
20-24 anos	1.996	1.036	960
25-29 anos	1.854	979	875
30-34 anos	1.925	998	927
35-39 anos	2.313	1.099	1.214
40-44 anos	2.700	1.257	1.443
45-49 anos	2.815	1.332	1.483
50-54 anos	2.956	1.459	1.497
55-59 anos	2.756	1.315	1.441

60-64 anos	2.540	1.188	1.352
65-69 anos	2.361	1.076	1.285
70-74 anos	2.130	890	1.240
75-79 anos	2.309	950	1.359
80-84 anos	1.854	701	1.153
85 ou mais anos	1.556	494	1.062
TOTAL	38.581	18.190	20.391

Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

76

Quadro 7 – Taxa bruta de natalidade

		Taxa bruta de natalidade (‰)			
Âmbito Geográfico	Anos	1981	2001	2011	2014
Município	Tomar	12,4	8,1	6,0	5,0

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 8 – Nados-vivos (N.º) em 2011 e 2014, por Local de residência da mãe

Local de residência da mãe (NUTS - 2013)	Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS - 2013)		
	Total		
	Período de referência dos dados		
	2011	2014	
		N.º	N.º
Portugal	96856	82367	
Centro	18342	15556	
Médio Tejo	1754	1513	
Tomar	245	196	

Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 9 – Taxa bruta de mortalidade

		Taxa bruta de mortalidade (‰)			
Âmbito Geográfico	Anos	1981	2001	2011	2014
Município	Tomar	12,3	13,7	13,4	13,5

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 10 – Taxa de mortalidade infantil

		Taxa de mortalidade infantil (‰)									
Âmbito Geográfico	Anos	1960	1981	1996	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Portugal	77,5	21,8	6,8	5,0	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9	2,8
Município	Tomar	54,1	21,1	0,0	0,0	6,6	0,0	0,0	3,4	9,2	0,0

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

77

Quadro 11 – Indicadores de envelhecimento, 2011

Indicadores de envelhecimento, de acordo com os Censos 2011						
Âmbito Geográfico	Índice	Índice de envelhecimento (N.º)	Índice de dependência de idosos (N.º)	Índice de dependência de jovens (N.º)	Índice de longevidade (%)	Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade (%)
NUTS I	Portugal	127,8	51,4	22,5	47,86	19,03
NUTS II	Centro	163,4	35,1	21,5	49,9	22,41
NUTS III	Médio Tejo	184,3	40,1	21,8	52,3	23,87
Município	Tomar	195,6	41,0	20,9	51,7	25,31

 Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

Quadro 12 – Indicadores de envelhecimento, por freguesia, 2011

Indicadores de envelhecimento, de acordo com os Censos 2011			
Local de residência	Índice de dependência de idosos (N.º)	Índice de dependência de jovens (N.º)	Proporção da população residente com 65 ou mais anos de idade (%)
Alviobeira	50,3	23,7	28,89
Asseiceira	41	20,5	25,4
Beselga	50,3	16,9	30,09
Carregueiros	36,8	20,9	23,32
Casais	39,6	22,1	24,51
Junceira	50,9	26,6	28,68
Madalena	36,3	21,2	23,06
Olalhas	55,2	18,3	31,8
Paialvo	49,4	19,7	29,2
Pedreira	62,4	26,9	32,97

Santa Maria dos Olivais	34,9	21,3	22,37
Tomar (São João Baptista)	39,1	21,3	24,37
São Pedro de Tomar	39,7	22,1	24,55
Sabacheira	60,3	16,3	34,14
Serra	62	17,1	34,59
Além da Ribeira	51,1	16,5	30,5

Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

Quadro 13 – Taxa de analfabetismo, por sexo, segundo os Censos

Territórios		Sexo					
		HM		H		M	
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
NUTS 2013	Portugal	838.140	499.936	281.889	159.705	556.251	340.231
NUTS II	Centro	231.406	135.751	73.958	40.620	157.448	95.131
NUTS III	Médio Tejo	25.310	14.323	7.392	3.998	17.918	10.325
Município	Tomar	3.794	2.149	1.090	590	2.704	1.559

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 14 - População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado

Nível de escolaridade	Anos		
	1981	2001	2011
Total	35.348	36.780	35.415
Sem nível de escolaridade	13.750	7.240	4.049
Básico 1.º ciclo	13.274	11.215	10.698
Básico 2.º ciclo	3.844	4.484	4.109
Básico 3.º ciclo	2.649	6.305	6.629
Secundário	927	5.040	5.456
Médio	369	295	318
Superior	490	2.201	4.156

Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

Quadro 15 – Alunos matriculados no concelho de Tomar, por nível de ensino, em 2014/2015

Nível de Ensino		Rede Solidária (N.º)	Rede Privada (N.º)	Rede Pública (N.º)	TOTAL
Educação Pré-escolar	Jardins de Infância	117	149	519	785
Ensino Básico	1.º ciclo	---	88	1172	1260
	2.º ciclo	---	---	736	736
	3.º ciclo	---	---	1134	1134
Ensino Secundário	Ensino Regular	---	---	963	1322
	Cursos Profissionais	---	---	359	
Ensino Profissional	Escola Profissional	---	---	146	146
Ensino Superior	Instituto Politécnico	---	---	1636	1636
TOTAL		7019			

Fonte de dados: Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Tomar, UISE, Município de Tomar

Quadro 16 – N.º de alunos em cursos profissionais, por curso e por escola

Escola	Cursos	Nº Alunos
Sec./3 Stª Maria do Olival	Multimédia	54
	Ótica	9
	Animador Sociocultural	16
Sec./3 Jácome Rattón	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	49
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	15
	Técnico de Eletrotecnia	30
	Técnico de Gestão	26
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	58
	Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente	36
	Instrumentista de Sopro e Percussão	25
	Instrumentista de Cordas e Teclas	16
	Técnico de Informática e Gestão	11
	Técnico de Manutenção Industrial	14
Escola Profissional de Tomar	Técnico de Restauração	80
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	31
	Técnico de Artes Gráficas	35
Total		505

Fonte: Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Tomar

Quadro 17- Formação Profissional desenvolvida nas instalações do Serviço de Formação Profissional de Tomar

Ações de Formação Profissional 2013)	N.º de beneficiários	Nº de ações
Jovens (Aprendizagem e CET)	250	22
EFA (Educação e Formação de Adultos)	700	45
Vida Ativa (Formação Modular)	1140	80

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Quadro 18 – Oferta Formativa do Instituto Politécnico de Tomar, nas escolas do concelho, no ano letivo 2015/2016

Instituto Politécnico de Tomar - Oferta Formativa 2015/2016 (a funcionar nas escolas de Tomar)
Licenciaturas
Administração Pública
Artes Plásticas - Pintura e Intermédia
Auditoria e Fiscalidade
Conservação e Restauro
Contabilidade
Design e Tecnologia das Artes Gráficas
Engenharia Civil
Engenharia Civil (pós-laboral)
Engenharia do Ambiente e Biológica
Engenharia Electrotécnica e de Computadores
Engenharia Electrotécnica e de Computadores (pós-laboral)
Engenharia Informática
Engenharia Informática (pós-laboral)
Engenharia Química e Bioquímica
Fotografia
Gestão de Comércio e Serviços
Gestão de Empresas
Gestão de Empresas (pós-laboral)
Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional
Gestão do Território
Gestão e Administração Bancária (Pós-Laboral)
Gestão e Administração de Serviços de Saúde
Gestão Turística e Cultural
Mestrados
Auditoria e Análise Financeira
Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural
Gestão de Empresas Familiares e Empreendedorismo
Gestão de Recursos de Saúde
Inovação e Desenvolvimento Empreendedor
Museus, Património e Sociedade do Conhecimento (novo)
Arqueologia Pré-Histórica a Arte Rupestre
Conservação e Restauro

Design Editorial
 Engenharia Eletrotécnica - Especialização em Controlo e Eletrónica Industrial
 Fotografia
 Produção de Conteúdos Digitais
 Reabilitação Urbana
 Sistemas de Informação Geográfica, em Planeamento e Gestão do Território
 Tecnologia Química
 Técnicas de Arqueologia

Cursos Técnicos Superiores Profissionais

Automação Industrial
 Construção e Reabilitação
 Contabilidade e Gestão
 Desenho Tecnológico
 Design Multimédia
 Gestão Administrativa de Recursos Humanos
 Gestão Comercial e Vendas
 Informática de Gestão
 Marketing Digital
 Produção de Atividades para o Turismo Cultural
 Qualidade Alimentar
 Qualidade Ambiental
 Segurança e Proteção Civil
 Tecnologia de Bioprocessos
 Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação

Cursos de Especialização Tecnológica

Aplicações Informáticas de Gestão
 Automação, Robótica e Controlo Industrial
 Banca e Seguros
 Condução de Obra
 Contabilidade e Gestão
 Energia e Biocombustíveis
 Gestão Comercial
 Gestão da Qualidade
 Instalações Elétricas e Automação Industrial
 Qualidade Ambiental
 Técnicas de Gestão
 Técnicas e Gestão de Turismo
 Tecnologia e Programação de Sistemas de Informação

Fonte de dados: <http://portal2.ipt.pt/pt/Cursos/>

Quadro 19 – Indicador *per Capita* (IpC) do Poder de Compra, por município, 2011

Territórios		IpC
Âmbito Geográfico	Ano	2011
NUTS 2013	Portugal	100
NUTS II	Centro	87,49
NUTS III	Médio Tejo	x
Município	Abrantes	86,75
	Alcanena	81,48
	Constância	87,92
	Entroncamento	109,82
	Ferreira do Zêzere	62,81
	Mação	61,72
	Ourém	80,96
	Sardoal	68,45
	Sertã	70,52
	Tomar	85,14
	Torres Novas	94,99
Vila de Rei	58,11	
Vila Nova da Barquinha	71,23	

 Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 20 – Diferença entre salário mínimo nacional e remuneração média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem

Territórios		Diferença entre SMN e remuneração base média mensal (€)	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2013
NUTS 2013	Portugal	-420	-427
NUTS II	Centro	-296	-302
NUTS III	Médio Tejo	-280	-290
Município	Abrantes	-313	-350
	Alcanena	-320	-314
	Constância	-438	-459
	Entroncamento	-354	-369
	Ferreira do Zêzere	-164	-179
	Mação	-168	-169

	Ourém	-255	-265
	Sardoal	-153	-171
	Sertã	-169	-167
	Tomar	-274	-287
	Torres Novas	-317	-315
	Vila de Rei	-127	-144
	Vila Nova da Barquinha	-204	-192

Fonte: <http://www.pordata.pt>

83

Quadro 21 – Remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por sexo, 2011 e 2013

Territórios		Anos					
		2011			2013		
Âmbito Geográfico	Sexo	HM	H	M	HM	H	M
NUTS 2013	Portugal	905,1 €	984,2 €	807,5 €	911,5 €	993,2 €	815,6 €
NUTS II	Centro	780,6 €	846,8 €	696,8 €	786,8 €	855,1 €	704,4 €
NUTS III	Médio Tejo	764,8 €	817,7 €	698,3 €	775,3 €	832,8 €	707,9 €
Município	Tomar	758,7 €	817,7 €	700,5 €	771,6 €	841,7 €	706,0 €

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 22 – Taxa de atividade (%) e taxa de desemprego (%), por Local de residência

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de atividade (%) da população residente por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal		Taxa de desemprego (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal	
	Período de referência dos dados		Período de referência dos dados	
	2001	2011	2001	2011
	%	%	%	%
Portugal	48,1	47,56	6,7	13,18
Centro	45,4	45,38	5,7	10,98
Médio Tejo	44,2	43,96	6,4	10,79
Tomar	42,2	41,36	7,9	13,24

Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

Quadro 23 – Taxa de desemprego (%), por Local de residência e Sexo, 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de desemprego (%) por Local de residência e Sexo;		
	Período de referência dos dados		
	2011		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Médio Tejo	10,79	10,01	11,66
Tomar	13,24	13,49	12,97
Alviobeira	9,92	8,03	12,38
Asseiceira	13,77	12,65	15,19
Beselga	10,07	11,69	8,06
Carregueiros	13,39	12,25	14,58
Casais	17,42	17,34	17,52
Junceira	11,8	13,37	10
Madalena	12,22	10,97	13,76
Olalhas	16,74	17,02	16,34
Paialvo	11,62	12,69	10,34
Pedreira	10,94	7,45	14,29
Santa Maria dos Olivais	12,82	13,48	12,18
Tomar (São João Baptista)	12,41	13,44	11,33
São Pedro de Tomar	16,71	16,07	17,48
Sabacheira	11,08	9,89	12,59
Serra	15,72	20,18	10
Além da Ribeira	9,86	9,25	10,74

 Fonte: <http://www.ine.pt>

Quadro 24 – Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato (N.º)

Territórios		Âmbito Geográfico	NUTS 2013	NUTS II	NUTS III	Município
		Ano	Portugal	Centro	Médio Tejo	Tomar
Tipo de contrato	Total (N.º)	2013	2.433.873	493.533	48.135	5.633
	Contrato a termo / a prazo (N.º)		636.165	122.340	11.265	1.085

	Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária (N.º)	3.021	152	22	17
	Contrato de trabalho a termo para cedência temporária (N.º)	31.252	4.941	173	0
	Contrato permanente / sem termo (N.º)	1.745.967	362.504	36.190	4.500
	Não enquadrável (N.º)	17.468	3.596	485	31

85

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 25 – Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (média anual): total e por tempo de inscrição

Tomar		Anos		
		2001	2011	2014
Tempo de inscrição	Menos 1 ano	672,9	1.135,60	909,3
	1 ano ou mais	440,2	654,8	892,3
	Total	1.113,10	1.790,40	1.801,70

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 26 – Alojamentos familiares clássicos por Localização geográfica e forma de ocupação, 2011

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares clássicos por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Forma de ocupação; Decenal						
	Forma de ocupação						
	Total	Alojamentos ocupados	Residência habitual	Uso sazonal ou residência secundária	Alojamentos vagos	Percentagem Alojamentos ocupados	Percentagem Alojamentos vagos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%
Portugal	5859540	5124412	3991112	1133300	735128	87,5%	12,5%
Centro	1443886	1246912	893857	353 055	196974	86,4%	13,6%
Médio Tejo	137072	116187	86087	30 100	20885	84,8%	15,2%
Tomar	26232	22457	16136	6 321	3775	85,6%	14,4%
Alviobeira	476	469	247	222	7	98,5%	1,5%
Asseiceira	1663	1373	1157	216	290	82,6%	17,4%
Beselga	645	603	316	287	42	93,5%	6,5%
Carregueiros	716	595	467	128	121	83,1%	16,9%
Casais	1592	1313	922	391	279	82,5%	17,5%
Junceira	670	580	317	263	90	86,6%	13,4%
Madalena	1784	1542	1224	318	242	86,4%	13,6%
Olalhas	1302	1168	556	612	134	89,7%	10,3%
Paialvo	1518	1288	993	295	230	84,8%	15,2%
Pedreira	335	242	223	19	93	72,2%	27,8%

Santa Maria dos Olivais	7184	6153	5115	1 038	1031	85,6%	14,4%
Tomar (São João Baptista)	3299	2712	2250	462	587	82,2%	17,8%
São Pedro de Tomar	1875	1610	1146	464	265	85,9%	14,1%
Sabacheira	867	754	406	348	113	87,0%	13,0%
Serra	1716	1548	481	1 067	168	90,2%	9,8%
Além da Ribeira	590	507	316	191	83	85,9%	14,1%

Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

Nota: Além dos alojamentos familiares clássicos, e de acordo com a mesma fonte (INE), existiam no concelho de Tomar, em 2011, 68 alojamentos familiares não clássicos, perfazendo um total de 26.300 alojamentos familiares. 86

Quadro 27 – Alojamentos familiares de residência habitual e existência de água canalizada, sistema de drenagem de águas residuais e de instalação de banho ou duche

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Total de alojamentos familiares de residência habitual (N.º), 2011	Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) e Existência de água canalizada; 2011		Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) e Existência de sistema de drenagem de águas residuais; 2011		Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) e Existência de instalação de banho ou duche; 2011	
		Com água canalizada no alojamento	Sem água canalizada no alojamento	Com sistema de drenagem de águas residuais	Sem sistema de drenagem de águas residuais	Com instalação de banho ou duche	Sem instalação de banho ou duche
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	3997724	3971833	25891	3 977 467	20 257	3 918 455	79 269
Centro	895314	888393	6921	889 781	5 533	875 590	19 724
Médio Tejo	86248	85743	505	85 854	394	84 616	1 632
Tomar	16204	16061	143	16 082	122	15 825	379
Alviobeira	247	245	2	245	2	237	10
Asseiceira	1159	1154	5	1 155	4	1 133	26
Beselga	316	313	3	314	2	307	9
Carregueiros	467	463	4	463	4	460	7
Casais	922	915	7	918	4	898	24
Junceira	317	313	4	314	3	303	14
Madalena	1224	1215	9	1 219	5	1 206	18
Olalhas	556	551	5	551	5	525	31
Paialvo	996	986	10	988	8	968	28
Pedreira	223	223	0	223	0	223	0
Santa Maria dos Olivais	5120	5110	10	5 113	7	5 065	55
Tomar (São João Baptista)	2302	2245	57	2 247	55	2 220	82
São Pedro de Tomar	1149	1128	21	1 131	18	1 110	39
Sabacheira	406	402	4	403	3	393	13
Serra	484	483	1	483	1	464	20
Além da Ribeira	316	315	1	315	1	313	3

Fonte de dados: <http://www.ine.pt>

Quadro 28 – Fogos de habitação social existentes no município de Tomar, 2015

Fogos de habitação social		
Disponíveis	Disponíveis para venda	0
	Disponíveis para arrendamento	4
Indisponíveis		16
Para demolição		0
Ocupados ilegalmente		0
Ocupados em regime de arrendamento		129
Total		149

Fonte de dados: Unidade de Intervenção Social e Educação, Município de Tomar

Quadro 29 – Fogos de habitação social existentes no município de Tomar, por tipologia, 2015

Fogos de habitação social (N.º) por Tipologia			
T0 e T1	T2 e T3	T4 ou mais	Total
2	147	0	149

Fonte de dados: Unidade de Intervenção Social e Educação, Município de Tomar

Quadro 30 – Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social: número de beneficiários e descendentes ou equiparados

Territórios		Beneficiários				Descendentes ou equiparados			
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
NUTS 2013	Portugal	893.650	856.818	858.451	846.976	1.357.575	1.300.550	1.294.132	1.270.004
NUTS II	Centro	183.029	175.597	175.000	171.321	273.858	262.548	259.560	253.596
NUTS III	Médio Tejo	18.308	17.783	17.711	17.489	28.483	27.721	27.445	26.983
Município	Tomar	3.008	2.904	2.872	2.840	4.693	4.525	4.433	4.361

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 31 – Beneficiários do Subsídio de Desemprego da Segurança Social: total e por sexo (N.º)

Territórios		Sexo								
		HM			H			M		
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014
NUTS 2013	Portugal	110.106	261.093	245.668	51.019	134.792	127.745	59.054	126.301	117.923
NUTS II	Centro	24.125	47.785	45.727	11.186	23.519	23.352	12.939	24.266	22.375
NUTS III	Médio Tejo	1.859	5.188	4.622	1.012	2.717	2.352	847	2.471	2.270
Município	Tomar	322	876	737	171	507	384	151	369	353

88

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 32 – Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego da Segurança Social: total e por sexo (N.º)

Territórios		Sexo								
		HM			H			M		
Âmbito Geográfico	Anos	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014
NUTS 2013	Portugal	66.991	56.019	60.391	23.496	27.176	31.040	43.456	28.843	29.351
NUTS II	Centro	11.558	9.895	9.336	3.971	4.395	4.620	7.578	5.500	4.716
NUTS III	Médio Tejo	1.125	1.118	1.142	359	497	601	766	621	541
Município	Tomar	180	191	189	61	92	108	119	99	81

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 33 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo (N.º)

Territórios		Beneficiários do RSI segundo o sexo					
		HM		H		M	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2014	2011	2014	2011	2014
NUTS I	Portugal	448.107	320.554	214.099	157.273	234.008	163.281
NUTS II	Centro	62.689	48.537	30.199	24.107	32.490	24.430
NUTS III	Médio Tejo	5.615	4.417	2.732	2.215	2.883	2.202
Município	Tomar	1.104	907	538	436	566	471

 Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 34 – Beneficiários do RSI da Segurança Social: total e por grupo etário (N.º), 2014

Territórios		Beneficiários do RSI segundo o grupo etário				
Âmbito Geográfico	Idade	Total	<25	25-39	40-54	55+
NUTS 2013	Portugal	320.554	142.754	61.206	77.733	38.861
NUTS II	Centro	48.537	20.612	9.457	12.084	6.384
NUTS III	Médio Tejo	4.417	1.920	876	1.088	533
Município	Tomar	907	410	175	226	96

Fonte: <http://www.pordata.pt>

Quadro 35 – Refeições protocoladas em Cantina Social (N.º), por entidade

Entidade	N.º de refeições diárias protocoladas	
	Ano 2013	Ano 2014
A. Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova	35	70
Centro Social Paroquial de Além da Ribeira	20	10
Associação Apoio Social Freguesia São Pedro Tomar	20	20
Assoc. de Cultura e Solidariedade Social do Paço Comenda	35	100
Centro Assistência Social de Olalhas	20	40
Centro Assistência Social de Tomar	40	80
Centro Social e Paroquial de Asseiceira	30	40
Centro Social Paroquial N. Sra. da Conceição de Paialvo	20	10
Total	220	370

Fonte: Unidade de Intervenção Social e Educação, Município de Tomar

Quadro 36 – Pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e Subsídios da Segurança Social

	Município de Tomar		
	Ano	N.º indivíduos	
Pensões da Segurança Social	Velhice	2013	9.322
	Invalidez	2013	1.500
	Sobrevivência	2013	3.588
Pensões da Caixa Geral de Aposentações	2013	2.833	
Subsídio por doença da Segurança Social	2014	1.371	
Subsídio por assistência à 3ª pessoa da Segurança Social	2014	54	
Bonificação por deficiência da Segurança Social	2014	174	

Fonte de dados: <http://www.pordata.pt>

Quadro 37 – Número de famílias acompanhadas pelo CAF, por freguesia

CENTRO DE APOIO À FAMÍLIA			
Freguesias	Total de Família Acompanhadas	União de Freguesias	Totais
Além da Ribeira	12	Além da Ribeira/Pedreira	21
Alviobeira	12	Alviobeira/Casais	63
Asseiceira	31	Beselga/Madalena	65
Beselga	12	S.João Batista/Stª Maria dos Olivais	540
Carregueiros	16	Junceira/Serra	47
Casais	51		
Junceira	22		
Madalena	53		
Olalhas	37		
Paialvo	53		
Pedreira	9		
Sabacheira	18		
S.João Batista	213		
Stª Maria dos Olivais	327		
São Pedro de Tomar	56		
Serra	25		
Sem abrigo/passantes	9		
TOTAL	956		

90

Data da última atualização - 16-07-2015

Fonte: Centro de Apoio à Família

Quadro 38 – Sinistralidade no concelho de Tomar, por ano

Ano	N.º Atropelamentos	N.º de Acidentes	Consequências		
			Nº Feridos Leves	Nº Feridos Graves	Nº Mortos
2012	17	446	167	7	2
2013	15	452	146	7	1
2014	16	420	150	2	0
2015 (1º semestre)	14	232	68	4	1

Fonte de dados: PSP e GNR de Tomar

Quadro 39 – Ocorrências no âmbito da Escola Segura*, no concelho de Tomar, por ano

Ano	Agressões	Ameaças	Furto	Roubo	Estupefaciente	Álcool	Tabagismo	Absentismo/ abandono escolar	Bullying	Outros
2012	7	2	4	1	9	4	6	5	2	31
2013	10	4	13	0	4	1	1	4	6	38
2014	17	2	10	2	4	1	7	8	3	26
2015 (1º sem.)	3	0	3	1	1	0	7	1	1	24

Fonte de dados: PSP de Tomar

* No período em análise não se registaram ocorrências no âmbito da Escola Segura, na área de intervenção da GNR.

Quadro 40 – Idosos em situação de isolamento/abandono, no concelho de Tomar, por ano

Ano	N.º idosos
2012	145
2013	116
2014	126
2015 (1º sem.)	129

Fonte de dados: PSP e GNR de Tomar

Quadro 41 – N.º de crimes ocorridos, no concelho de Tomar, por tipo de crime e por ano

Ano	Tipo de crimes					Total
	Crimes contras as pessoas	Violência Doméstica	Crimes Contra o Património	Crimes Contra a Vida em Sociedade	Outros Crimes	
2012	387	185	936	434	112	2054
2013	384	241	849	466	116	2056
2014	399	456	875	598	92	2420
2015 (1º sem.)	209	102	388	328	43	1070

Fonte de dados: PSP e GNR de Tomar

Anexo 3 - Linhas Orientadoras de Ação para os Planos de Ação da Rede Social

Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020

Linhas Orientadoras de Ação para os Planos de Ação da Rede Social

1. TOMAR PARTICIPA E DECIDE

Incrementar a participação dos cidadãos, em geral, criando os contextos adequados para o efeito, quer nos processos de reflexão, tomada de decisão pública aos diferentes níveis, quer ainda na definição do Bem-Estar e de um plano para a Corresponsabilidade para o Bem-Estar de Todos.

1 Criar, atualizar, apoiar e disponibilizar informação útil para os cidadãos, profissionais, dirigentes e organizações, nos mais variados temas quer no âmbito das problemáticas identificadas, quer enquanto ferramenta para a melhoria das competências, das respostas e do funcionamento dos serviços.

- Criação de uma Rede de Facilitadores para a participação.
- Realização de Oficinas de Participação para a definição do Bem-Estar com a participação dos cidadãos.
- Apresentação e discussão pública dos resultados e definição de um Plano de Ação para a Corresponsabilidade para o Bem-Estar de Todos.
- Incentivar a participação ativa nos fóruns de participação (CME, CMJ, CLAS, CMS, NLI, CPCJ, RLIS,...).
- Fomentar a criação de uma cultura de participação desde a infância.

- Criar um mecanismo de comunicação para dar visibilidade das ações e resultados, aos cidadãos, em geral.
- Realizar iniciativas de educação para o consumo e de literacia financeira.
- Divulgar rede de equipamentos e respostas sociais.
- Divulgar os recursos / projetos, agentes locais e suas atividades.
- Incentivar a investigação e estudos/teses sobre a realidade social do concelho Tomar.
- Disponibilizar serviço de informação e aconselhamento a famílias endividadas.
- Informar sobre os direitos laborais e legislação em vigor.
- Informar sobre programas e medidas de apoio da segurança Social.

3 Apoiar a atualização e a realização de instrumentos estratégicos de planeamento para o concelho, de forma participada e amplamente divulgada.

- Atualizar o Diagnóstico Social tendo por base diagnósticos sectoriais e processos participativos.
- Atualizar PDS 2015-2020 (se pertinente).
- Apoiar realização da Carta Desportiva.
- Apoiar realização da estratégia para o desenvolvimento económico do concelho de Tomar.
- Apoiar realização do Plano Municipal para a Igualdade de Género e de Oportunidades.
- Apoiar realização do Plano Municipal contra a Violência Doméstica e Criminalidade.
- Apoiar realização do Projeto Educativo Municipal (que inclui a carta educativa).
- Apoiar realização do Plano Municipal de Juventude.
- Apoiar realização do Plano Municipal de Segurança.
- Apoiar realização do PDM – Plano Diretor Municipal.
- Apoio à investigação (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) e realização de estágios académicos.

2. TOMAR APRENDE

1 Promover e estimular a educação, a formação e o conhecimento para uma cidadania ativa e a corresponsabilidade para o Bem-Estar individual e coletivo.

- Criar Programa Educativo / Formativo e iniciativas que promovam uma cidadania para o desenvolvimento sustentável, para a corresponsabilização para o Bem-Estar coletivo.
- Capacitar pessoas e grupos com competências de cidadania ativa e participativa.

2 Promover condições para uma maior qualificação das equipas, dos serviços, das organizações, da intervenção e das próprias respostas existentes nos

- Qualificar as respostas sociais existentes e introduzir novos modelos de gestão.
- Melhorar do atendimento, aconselhamento e acompanhamento das famílias.
- Melhorar do atendimento, aconselhamento e acompanhamento dos processos do CAF.
- Rever modelo do CAF – funcionamento, organização e intervenção – e dotar esta resposta social de recursos

<p>diferentes sectores de atuação.</p>	<p>humanos, materiais e logísticos, capazes de dar respostas efetivas às pessoas que a ele recorrem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do acompanhamento aos desempregados, nomeadamente estratégias de procura de emprego. • Desenvolver projeto-piloto de formação integrada e transversal assente na partilha de conhecimento, ao nível concelhio.
<p>3 Promover condições para uma maior qualificação da intervenção realizada pelas associações e pensar a sustentabilidade das mesmas, promovendo o networking e a sua capacitação institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar um Programa de Formação Integrada para dirigentes associativos. • Disponibilizar informação de apoios financeiros/fontes de financiamento e apoio logístico a grupos e associações que promovam iniciativas comunitárias. • Estimular a cidadania e o associativismo juvenil.
<p>4 Promover iniciativas que contribuam para o reforço de competências pessoais, parentais e sociais através de iniciativas de educação não formal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e atividades que estimulem o desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais através da educação não formal. • Desenvolver o projeto “escola de competências” (Cruz Vermelha). • Criar infraestruturas de apoio ao desenvolvimento de competências, ocupação e ateliês de experimentação. • Programa de apoio aos cuidadores (rede informal) que cuidam de pessoas dependentes.
<p>5 Criar as condições para o acesso às tecnologias de informação por parte das pessoas, em geral, e grupos específicos em particular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar os espaços internet. • Melhorar o acesso à internet sem rede nos espaços públicos. • Desenvolver suportes de informação e comunicação que facilitem o acesso à informação de pessoas com maiores dificuldades. • Incrementar o desenvolvimento de formação em tecnologias de informação, para seniores, entre outros. • Desenvolver o serviço de teleassistência.

3.	TOMAR ATIVO E EMPREENDEDOR	
1	<p>Pensar e reforçar a oferta formativa existente no concelho, em função não só do mercado existente, mas sobretudo em função do desenvolvimento que se preconiza para o concelho e para a região.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular as ofertas formativas entre os vários parceiros da área da educação em articulação com as entidades empresariais. • Criar oportunidades de formação profissional adequadas. • Promover iniciativas que aproximem a visão para o concelho / região, os agentes económicos e os cidadãos.
2	<p>Incentivar o aumento de qualificações, sobretudo junto da população mais carenciada e de baixas qualificações profissionais e apoiar o acesso ao emprego.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar / reforçar os apoios sociais à frequência do ensino (auxílios económicos, bolsas de ensino superior,...). • Criar espaços de orientação e apoio na procura de emprego. • Divulgar as medidas de apoio ao emprego, nomeadamente o emprego protegido. • Divulgar os programas de apoio à contratação. • Desenvolver uma resposta de apoio à orientação em termos vocacionais dirigida sobretudo aos mais jovens.
3	<p>Assegurar que a informação útil em matéria de emprego, formação, estágios, programas de apoio e afins, cheguem em tempo oportuno às pessoas a que se destinam.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as ofertas formativas e estágios existentes no concelho. • Divulgar os programas existentes. • Divulgar medidas para o apoio à criação de postos de trabalho qualificados. • Estreitar a relação entre empresa, empresário e escolas.

<p>4</p>	<p>Criar Programas de apoio ao empreendedorismo e à integração social e profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ações de sensibilização e informação ao desenvolvimento de ideia e projetos empreendedores. • Promoção de formação e estágios profissionais. • Programa de ocupação e capacitação de jovens. • Valorizar e incrementar políticas locais de emprego. • Organizar oficinas para apoio à criação de negócios. • Garantir formandos a frequentar ações de formação ajustadas às necessidades empresariais. • Incrementar respostas conjuntas entre Serviço de Formação Profissional de Tomar e Escolas do concelho. • Desenvolver projetos de desenvolvimento - atração turística, entre outros.
<p>5</p>	<p>Apoiar programas e incentivos que promovam a fixação das pessoas e das empresas no concelho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma estratégia de promoção do desenvolvimento económico, nomeadamente na área do turismo, florestas, agricultura e indústria. • Implementar a incubação de empresas e de novos projetos empresariais. • Criar medidas e apoios de incentivo à fixação de empresas. • Criar mecanismos habitacionais para a atração e fixação de casais jovens. • Criar incentivos para atrair a fixação de famílias jovens, nomeadamente à natalidade.
<p>6</p>	<p>Apoiar o reforço da Economia Social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio logístico, financeiro e técnico, à implementação e/ou funcionamento de organizações da economia social.
<p>7</p>	<p>Incentivar e apoiar o surgimento e a implementação de projetos que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de projetos-piloto.

deixam indiciar ou favoreçam formas diferentes de ser ativo e empreendedor, no contexto atual face aos desafios existentes.

4. TOMAR SAUDÁVEL E SOLIDÁRIO

1 Incentivar a adoção de estilos de vida saudáveis com especial foco na responsabilidade de cada um, na promoção dos mesmos.

- Promover estilos de vida saudável e autocontrolo do estado de saúde.
- Realizar ações de informação e sensibilização sobre alimentação saudável, consumo de substâncias psicoativas, doenças infetocontagiosas e benefícios do exercício físico.
- Desenvolver projetos de promoção da saúde em meio escolar e na comunidade.
- Incrementar as ações que venham a ser definidas no Plano de ação para o Bem-Estar coletivo, no que concerne a esta área.

2 Promover o acesso à cultura, às artes, atividades de lazer, e Incentivar a prática do desporto e do contacto com a natureza.

- Integrar grupos específicos, nomeadamente os mais desfavorecidos e carenciados, em atividades culturais, de lazer e desportivas, como forma de promover o desenvolvimento individual e comunitário.
- Incentivar as práticas associativas que promovam a cultura, o desporto, o lazer e a intervenção social.
- Desenvolver projetos e atividades dirigidas aos jovens, nomeadamente na ocupação dos tempos livres e nos períodos de férias.
- Criar programa de férias e voluntariado para jovens “que careçam de proteção”.
- Maior dinamização dos equipamentos desportivos, culturais e recreativos, e de todas as associações do concelho.
- Requalificação de espaços para Hortas Pedagógicas.
- Definição de roteiros turísticos locais.
- Definição de percursos pedestres.
- Museu agrícola com outras valências.

<p>3 Promover ações de prevenção, informação e rastreio em várias áreas da saúde junto de grupos vulneráveis, incluindo a saúde em meio escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e implementar plano de ação.
<p>4 Promover o acesso a cuidados de saúde a todas as pessoas, em geral, e desenvolver respostas adequadas nas áreas da saúde mental, oral e comportamentos aditivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e desenvolver respostas adequadas na área da saúde mental e oral. • Desenvolver projetos e serviços a alunos com necessidades especiais, nomeadamente saúde mental. • Incentivar as entidades de saúde a criarem respostas para os cuidados de saúde oral a todas as pessoas com dificuldades económicas.
<p>5 Estimular o envelhecimento ativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e Implementar Plano para o Envelhecimento Ativo (aumentar literacia + comunicação intergeracional). • Disponibilizar atividades culturais, desportivas e sociais que estimulem o envelhecimento ativo. • Incentivar a participação na universidade sénior.
<p>6 Incentivar e criar condições para a afirmação Tomar como um Concelho Socialmente Responsável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver o setor empresarial e associações cívicas na promoção do bem-estar de todos.
<p>7 Promover o voluntariado individual e organizacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar o banco local de voluntariado. • Estimular a criação de projetos de voluntariado. • Formar voluntários. • Criação de Loja Solidária.

5. TOMAR PRÓXIMO E EM REDE

1 Descentralizar, melhorar, rentabilizar melhor, criar e aumentar a cobertura das respostas sociais, saúde, educativas, apoio às famílias e habitacionais, otimizando a equidade das mesmas no concelho.

- Criar respostas de saúde de proximidade e apoios económicos que possibilitem o acesso à saúde de todos os cidadãos.
- Incentivar a implementação de Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC).
- Criar Equipa itinerante de apoio social e saúde.
- Equipas protocoladas de RSI.
- Criação de Gabinete de Apoio aos Jovens.
- Criar respostas e serviços de proximidade para o tratamento e atendimento de dependentes.
- Promover a descentralização dos serviços de atendimento social, incluindo o CAF.
- Descentralizar o atendimento do CAF nas freguesias e melhorar os apoios que são disponibilizados no âmbito do CAF.
- Reforçar e qualificar as redes de equipamentos e de serviços de apoio nas respostas regulares - Centro de dia, SAD e Cantina Social – para pessoas idosas, dependentes e portadoras de deficiência e incapacidades.
- Criar Programa de Apoio para os idosos em situação de isolamento.
- Promover serviços de apoio interinstitucional de proximidade para Idosos (isolados, sem autonomia, com carências económicas).
- Desenvolver os projetos para a criação de novos equipamentos sociais.
- Criação de Centro de Noite (idosos isolados).
- Alargar nº de lugares em Lar (IPSS de São Pedro Tomar).
- Criar Residencial para idosos.
- Teleassistência aos Idosos.
- Desenvolver projeto de policiamento e segurança da comunidade, nomeadamente Escola Segura e Idoso em Segurança.
- Criar apoios que possibilitem que as crianças, sobretudo que se encontrem numa situação de vulnerabilidade e carência económica tenham acesso a respostas educativas.
- Reforçar a resposta apoio ao estudo.

- Reforçar respostas de apoio psicológico às famílias.
- Criar respostas sociais para as famílias que não têm qualquer rendimento.
- Criar respostas específicas para colmatar necessidades básicas das famílias em situação de carência económica/pobreza.
- Melhorar na articulação dos apoios a canalizar às famílias.
- Criar mais programas de férias por parte das instituições.
- Promover o acesso à habitação de qualidade e a custos controlados.
- Otimizar a gestão do parque de habitação social do município.
- Desenvolver mecanismos de apoio ao arrendamento.
- Apoiar e estimular a requalificação e reabilitação de habitações.
- Reabilitar as habitações dos bairros sociais.
- Gestão dos pedidos e atribuição de habitação social.
- Melhorar a divulgação dos programas de apoio para a habitação.
- Criar Centro Comunitário.

2 Apoiar crianças e jovens com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem ou de integração.

- Criar serviços e projetos que possibilitem apoios às crianças com necessidades educativas especiais.
- Criação de Equipas e recursos que permitam à escola o acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais.

3 Promover as acessibilidades nos espaços públicos e meio edificado.

- Realizar um diagnóstico sobre a situação das acessibilidades no concelho, no que concerne aos espaços públicos e meio edificado.
- Definir um Plano Concelhio de Promoção das Acessibilidades.

4 Prevenir e reduzir os fenómenos de violência doméstica, maus tratos e negligência, sobretudo nos

- Criação de Rede Especializada na intervenção na área da violência doméstica e de apoio às vítimas.
- Criar respostas sociais e apoios que possibilitem a proteção e integração das vítimas.
- Disponibilizar apoios psicossociais a pessoas em risco e vítimas de violência.

<p>grupos mais vulneráveis – menores, deficientes, mulheres e idosos - e reforçar as respostas de apoio às vítimas.</p>	
<p>5 Contribuir para a melhoria da organização e funcionamento da rede de transportes públicos, incluindo a emergência de novas respostas em termos dos transportes de proximidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver novas respostas na área dos transportes de proximidade. • Articular com empresa de transportes, soluções viáveis para a deslocação das pessoas para o emprego / formação. • Reforçar a mobilidade no concelho, inter-freguesias e intraconcelho (melhoria dos circuitos dos transportes públicos).
<p>6 Desenvolver um sistema de informação e comunicação local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver mecanismos de comunicação e informação generalizada sobre os recursos sociais existentes. • Manter atualizado o Guia de Recursos do concelho/carta social. • Informar sobre os programas e medidas implementadas pela Segurança Social. • Desenvolver iniciativas que promovam a comunicação e partilha de informação, conhecimento e saberes locais.
<p>7 Criar mecanismos no território capazes de estimular as parcerias, o associativismo, a comunicação, a produção de informação útil e a partilha de conhecimento e saberes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o desenvolvimento de projetos em parceria no concelho, numa lógica de rentabilização e eficácia das intervenções. • Disponibilizar recursos financeiros de apoio à atividade das associações. • Disponibilizar informação dos programas de apoio ao desenvolvimento do associativismo.
<p>8 Reforçar as dinâmicas associadas à Rede Social e às Comissões/Conselhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição das Comissões Sociais de Freguesia.

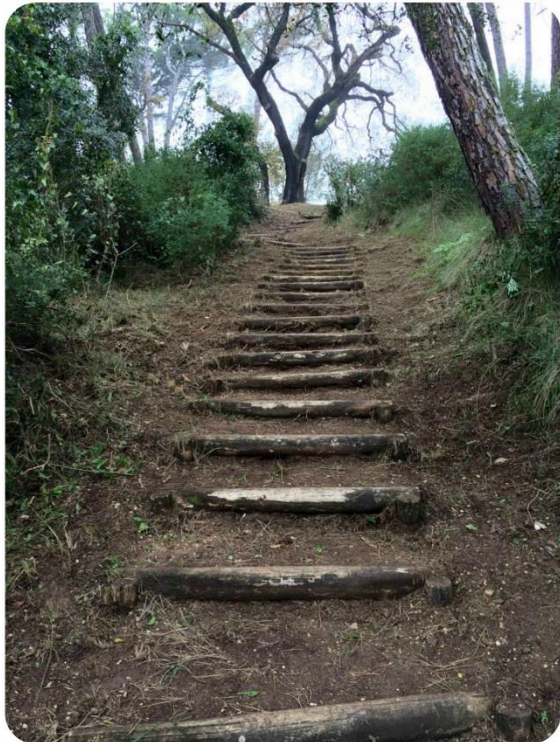
<p>Municipais aproximando-as cada vez mais, aos cidadãos.</p>	
---	--

6. TOMAR INCLUSIVO E CRIATIVO

<p>1 Reforçar o sentido de comunidade assente em laços de entreajuda e respeito, pelo próprio, pelos outros e por tudo o que nos rodeia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover projetos de voluntariado social e de intervenção no meio, de caráter pontual e regular.
<p>2 Fomentar o desenvolvimento de condições e contextos que favoreçam outras perspetivas no olhar sobre as pessoas e o território.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar projeto experimental integrado para a criatividade, inovação e mudança, ao nível territorial.
<p>3 Afirmação das artes e da criatividade, como potenciadores de integração social e corresponsabilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover projetos que conjuguem o desenvolvimento cultural e artístico, com a ocupação lúdica, pedagógica e preventiva, rentabilizando as capacidades endógenas. • Criação de espaços para oficinas criativas de múltiplas abrangências no campo das artes e ofícios.
<p>4 Criar e implementar Programas Estratégicos que favoreçam a Integração no concelho, no global, e a Integração dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis, incluindo minorias étnicas, em particular.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar a figura do mediador municipal. • Desenvolver projetos e atividades direcionadas para a integração social da comunidade cigana. • Apoiar a integração da comunidade cigana em habitação condigna.
<p>5 Valorização e proteção recursos hídricos, florestais e zonas verdes para fruição e melhoria</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de Praias Fluviais previstas no POACB – Plano de Organização Albufeira do Castelo de Bode. ▪ Desenvolver projetos de proteção da floresta e zonas verdes.

das infraestruturas de apoio às populações.

- Dinamizar ações de sensibilização para a preservação, manutenção e limpeza das florestas.



2019-2020

Rede Social |

Rua Infância 15, nº 108 – 2300-550
TOMAR

T. 249 329 887 | redesocial@cm-tomar.pt
| www.cm-tomar.pt

Facebook: Tomar Contigo – educação,
desporto, juventude e ação social.